

# Relatório Anual

Comissão de  
Constituição e  
Justiça e de  
Cidadania

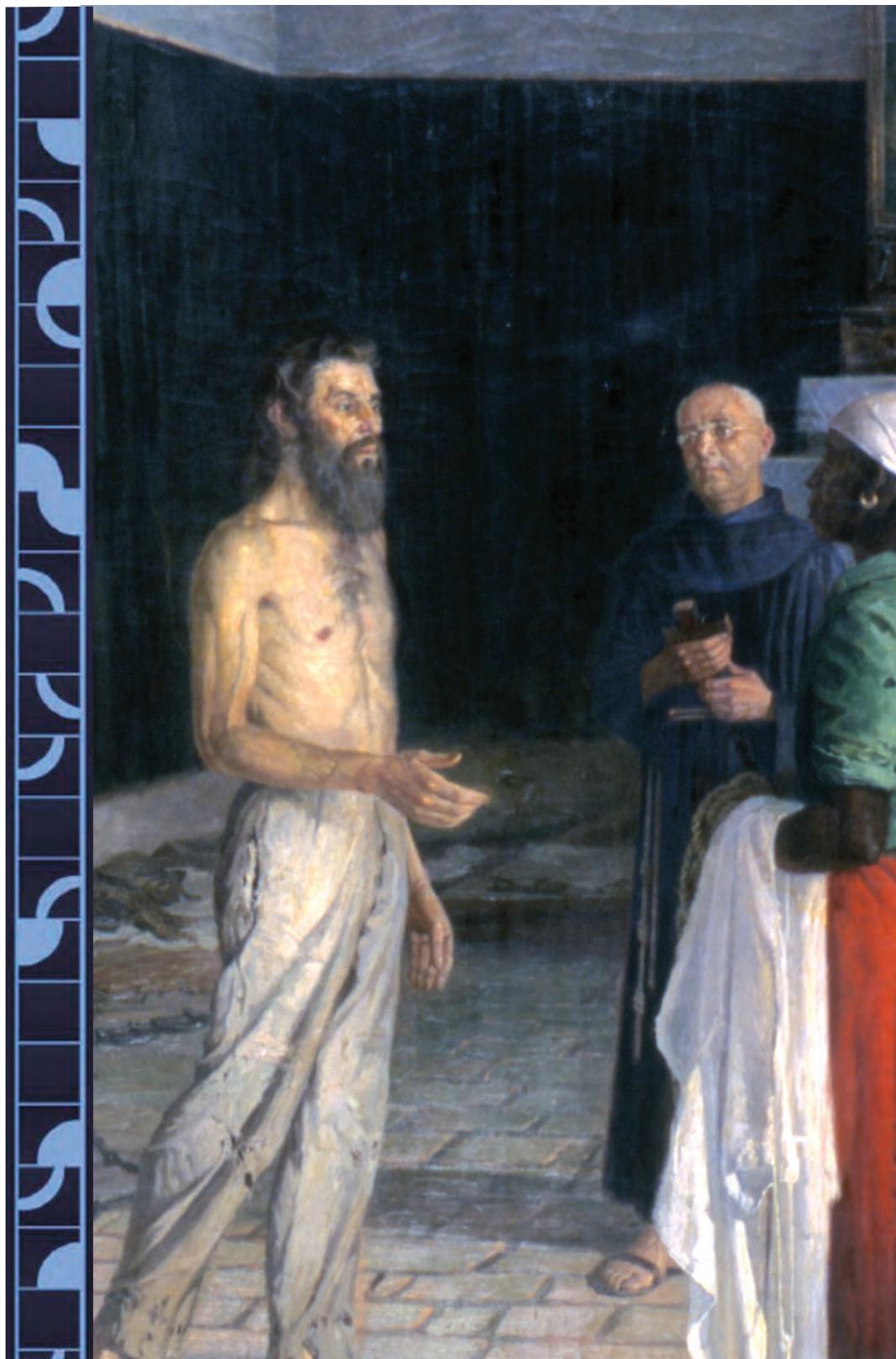
# 2022



# Relatório ANUAL

Comissão  
de Constituição  
e Justiça e de Cidadania

2022







# Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

## Presidente

Arthur Lira

## 1º Vice-Presidente

Lincoln Portela

## 2º Vice-Presidente

André de Paula

## 1º Secretário

Luciano Bivar

## 2º Secretário

Odair Cunha

## 3ª Secretária

Geovania de Sá

## 4ª Secretária

Rosangela Gomes

## 1º Suplente

Eduardo Bismarck

## 2º Suplente

Gilberto Nascimento

## 3º Suplente

Alexandre Leite

## 4º Suplente

Cássio Andrade

## Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

## Secretário-Geral da Mesa

Ruthier de Sousa Silva

# Sumário

 Introdução	<b>07</b>
 Membros da Comissão	<b>10</b>
 CCJC em Números	<b>27</b>
 Instalação e Eleição	<b>33</b>
 Audiências Públicas	<b>37</b>
 Proposições Aprovadas	<b>47</b>
 Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR Aprovados	<b>203</b>
 Redações Finais Aprovadas	<b>216</b>
 Equipe Técnica	<b>247</b>

# Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

## Presidente

Arthur Oliveira Maia

## 1º Vice-Presidente

Darci de Matos

## 2º Vice-Presidente

João Campos

## 3º Vice-Presidente

General Peternelli

## Diretoria Legislativa

Luciana da Silva Teixeira

## Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

## Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – Secretário-Executivo

Silvio Avelino da Silva

## Projeto Gráfico, Diagramação e Capa

Equipe Técnica da CCJC

## Edição e Texto

Agência Câmara de Notícias e Equipe Técnica da CCJC

## Fotos

Agência Câmara de Notícias, Equipe Técnica da CCJC e Assessoria dos Deputados integrantes da CCJC.

## Câmara dos Deputados

## Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

Anexo II Praça dos Três Poderes

Brasília – DF – CEP: 70160-900

Telefone: (61) 3216-6483 e (61) 3216-6494

Twitter: @ccjc\_camara

Instagram: @ccjc.cd

# INTRODUÇÃO

---

## Deputado Arthur Oliveira Maia

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania



O ano de 2022 foi, sem dúvida, um ano desafiador. Em primeiro lugar, foi o recomeço das atividades presenciais de fato no Congresso Nacional, após longo período de atividades remotas, causadas pela pandemia da Covid-19. Em segundo lugar, por ser o ano de eleições para o Poder Legislativo Federal e os Estaduais, para os Governadores e para a Presidência da República. Foi neste cenário que tive a honra de assumir, por indicação do Líder do meu Partido, Deputado Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC – da Câmara dos Deputados, numa eleição da qual obtive o voto de 53 Deputados dentre os 57 votantes.

Neste cenário, a CCJC manteve o protagonismo legislativo. Apreciamos em 2022 uma grande quantidade de proposições que refletiram na vida dos brasileiros. Regulamentamos leis importantes, aprovamos acordos internacionais com diversos países e autorizamos a concessão e renovação de centenas de entidades de radiodifusão comunitárias.

Matérias importantes foram apreciadas e aprovadas no ano que findou, abrangendo os mais variados temas e complexidade de assuntos, tais como: economia, defesa e segurança, direitos humanos, trabalho, administração pública, direito penal e processo penal, direito civil e processo civil, previdência e assistência social, educação, finanças e orçamento, saúde, energia, indústria, comércio e serviço, meio ambiente, comunicação, enfim, matérias de extremo relevo social.

Nesse trabalho contínuo, destaco a atuação firme dos Deputados, que, comigo, compuseram a Presidência dessa Comissão – Deputado Darci de Matos (PSD/SC), Primeiro Vice-Presidente, Deputado João Campos (REPUBLICANOS/GO), Segundo Vice-Presidente e Deputado General Peternelli (UNIÃO/SP), Terceiro Vice-Presidente – parceiros constantes na condução das reuniões deliberativas realizadas pela CCJC durante o ano.

Merece destaque a participação incansável dos membros da Comissão, cuja atuação de todos, sem exceção, brilhantemente contribuíram para o exitoso trabalho da Comissão nesta Sessão Legislativa. Os debates foram intensos, muitas vezes duros embates, mas realizados em alto nível, com cada Deputado defendendo com firmeza as suas convicções e pontos de vista, para, por fim, manifestar no voto o seu posicionamento ou o do seu Partido.

Todos os Relatores designados trabalharam com dedicação, para que seus pareceres pudessem ser apreciados pelo colegiado sem sobressaltos. Sem o trabalho deles, a Comissão não teria alcançado o resultado expressivo, conforme demonstrado neste anuário.

Vale mencionar aqui, a parceria com o grupo de Coordenadores das Bancadas na Comissão, que, como representantes de seus Partidos, nos auxiliaram a definir uma pauta que pudesse refletir o interesse das mais variadas correntes partidárias e essa interação nos deu a garantia de uma produção legislativa eficaz.

Enfim, buscamos construir, ao longo do ano legislativo, um ambiente de conciliação, harmonia e reciprocidade, ouvindo a todos, indistintamente, mantendo sempre abertas as portas da Presidência da CCJC e trabalhando, cotidianamente, para o melhor entendimento, independente de posições político-partidárias, o que foi essencial para o êxito da Comissão.

Por fim, ressalto e agradeço o trabalho competente e dedicado do grupo de servidores da Secretaria da Comissão, da Redação Final e da minha equipe do Gabinete, que não limitaram esforços para o sucesso do nosso trabalho.

**Deputado Arthur Oliveira Maia**

Presidente

# **MEMBROS DA COMISSÃO**



# PRESIDÊNCIA



## Presidente: Deputado Arthur Oliveira Maia – UNIÃO/BA

Arthur Oliveira Maia é advogado com mestrado em Direito Econômico pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com curso de Gestão de Estratégia de Negócios pela Wharton School of the University of Pennsylvania. Foi Prefeito do município de Bom Jesus da Lapa (BA) e Deputado Estadual pela Bahia por quatro mandatos. Está em seu terceiro mandato como Deputado Federal e já exerceu a Vice-Presidência da CCJ em 2011. Nesta legislatura, entre as suas atuações, destaca-se a relatoria da reforma administrativa (PEC 32/20) na comissão especial que analisou o tema.

## 1º Vice-Presidente: Deputado Darci de Matos – PSD/SC

Darci de Matos é economista com pós-graduação em Administração e Marketing. Já foi Vereador da cidade catarinense de Joinville (2001 a 2006) e Deputado Estadual (2007 a 2018). Exerce o mandato de Deputado Federal desde 2019.



## 2º Vice-Presidente: Deputado João Campos – REPUBLICANOS/GO

João Campos está em seu quinto mandato com o Deputado Federal. Atuou como Escrivão de Polícia, Delegado Titular e Chefe de Gabinete da Secretaria de Segurança Pública em Goiânia (1990 a 1991). É formado em Direito com especializações em Direito Administrativo e Direito Constitucional, além de pós-graduações em Direito Penal e Direito Processual Penal. Já exerceu a Presidência da Associação dos Delegados de Polícia do Goiás (1993 a 2003), 1ª Vice-Presidência da Confederação Nacional dos Delegados de Polícia do Brasil (1999 a 2001) e da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (2002 a 2003).

## 3º Vice-Presidente: Deputado General Peternelli – UNIÃO/SP

General Peternelli é Oficial de carreira de Infantaria pela Academia Militar das Agulhas Negras, sendo graduado em administração de Empresas, com mestrado em Operações Militares, MBA em Administração pela Fundação Getúlio Vargas e MBA em Política e Estratégia Aeroespacial pela Universidade da Força Aérea. Atuou como Secretário Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (2012) e como instrutor nas áreas de paraquedismo, infantaria de montanha e piloto de aeronaves e de combate de helicópteros. Exerce o mandato de Deputado Federal desde 2019.



# MEMBROS TITULARES



ARTHUR OLIVEIRA MAIA  
(UNIÃO/BA)



CLARISSA GAROTINHO  
(UNIÃO/RJ)



DANILO FORTE  
(UNIÃO/CE)



DELEGADO WALDIR  
(UNIÃO/GO)



EFRAIM FILHO  
(UNIÃO/PB)



FELIPE FRANCISCHINI  
(UNIÃO/PR)



GENERAL PETERELLI  
(UNIÃO/SP)



GENINHO ZULIANI  
(UNIÃO/SP)



NICOLETTI  
(UNIÃO/RR)



PAULO AZI  
(UNIÃO/BA)



RODRIGO DE CASTRO  
(UNIÃO/MG)



AGUINALDO RIBEIRO  
(PP/PB)



FAUSTO PINATO  
(PP/SP)



HIRAN GONÇALVES  
(PP/RR)



MARCELO ARO  
(PP/MG)



MARGARETE COELHO  
(PP/PI)



DARCI DE MATOS  
(PSD/SC)



DOMINGOS NETO  
(PSD/CE)



FÁBIO TRAD  
(PSD/MS)



RICARDO SILVA  
(PSD/SP)



SANDRO ALEX  
(PSD/PR)



BALEIA ROSSI  
(MDB/SP)



ENRICO MISASI  
(MDB/SP)



JUAREZ COSTA  
(MDB/MT)



BIA KICIS  
(PL/DF)



CAPITÃO AUGUSTO  
(PL/SP)



FERNANDO RODOLFO  
(PL/PE)



PR. MARCO FELICIANO  
(PL/SP)



LUCAS REDECKER  
(PSDB/RS)



LUIZ CARLOS  
(PSDB/AP)



PAULO ABI-ACKEL  
(PSDB/MG)



SAMUEL MOREIRA  
(PSDB/SP)



JHONATAN DE JESUS  
(REPUBLICANOS/RR)



JOÃO CAMPOS  
(REPUBLICANOS/GO)



LAFAYETTE DE  
ANDRADA  
(REPUBLICANOS/MG)



MARCOS PEREIRA  
(REPUBLICANOS/SP)



OSIRES DAMASO  
(PSC/TO)



DANIEL SILVEIRA  
(PTB/RJ)



AFONSO MOTTA  
(PDT/RS)



EDUARDO BISMARCK  
(PDT/CE)



FÉLIX MENDONÇA  
JÚNIOR (PDT/BA)



POMPEO DE MATTOS  
(PDT/RS)



LÉO MORAES  
(PODE/RO)



RENATA ABREU  
(PODE/SP)



LUCAS VERGILIO  
(SOLIDARIEDADE/GO)



LUIZÃO GOULART  
(SOLIDARIEDADE/PR)



ANDRÉ JANONES  
(AVANTE/MG)



RUBENS BUENO  
(CIDADANIA/PR)



RENILDO CALHEIROS  
(PCdoB/PE)



DRA. VANDA MILANI  
(PROS/AC)



JÚLIO DELGADO  
(PV/MG)



JOENIA WAPICHANA  
(REDE/RR)



JOSÉ GUIMARÃES  
(PT/CE)



MARIA DO ROSÁRIO  
(PT/RS)



PATRUS ANANIAS  
(PT/MG)



PAULO TEIXEIRA  
(PT/SP)



RUBENS PEREIRA  
JÚNIOR (PT/MA)



RUI FALCÃO  
(PT/SP)



CAMILO CAPIBERIBE  
(PSB/AP)



GERVÁSIO MAIA  
(PSB/PB)



TABATA AMARAL  
(PSB/SP)



TADEU ALENCAR  
(PSB/PE)



FERNANDA  
MELCHIONNA (PSOL/RS)



GILSON MARQUES  
(NOVO/SC)

# MEMBROS SUPLENTE



ABOU ANNI  
(UNIÃO/SP)



ALEXANDRE LEITE  
(UNIÃO/SP)



BOZZELLA  
(UNIÃO/SP)



CHIQUINHO BRAZÃO  
(UNIÃO/RJ)



DELEGADO MARCELO  
FREITAS (UNIÃO/MG)



DELEGADO PABLO  
(UNIÃO/AM)



FELIPE RIGONI  
(UNIÃO/ES)



FÁBIO HENRIQUE  
(UNIÃO/SE)



KIM KATAGIRI  
(UNIÃO/SP)



NEY LEPREVOST  
(UNIÃO/PR)



VINICIUS FARAH  
(UNIÃO/RJ)



CHARLLES EVANGELISTA  
(PP/MG)



FRANCO CARTAFINA  
(PP/MG)



MAURO LOPES  
(PP/MG)



PEDRO LUPION  
(PP/PR)



VICENTINHO JÚNIOR  
(PP/TO)



FÁBIO REIS  
(PSD/SE)



HUGO LEAL  
(PSD/RJ)



JONES MOURA  
(PSD/RJ)



SUBTENENTE GONZAGA  
(PSD/MG)



CELSO MALDANER  
(MDB/SC)



FÁBIO RAMALHO  
(MDB/MG)



ROGÉRIO PENINHA  
MENDONÇA (MDB/SC)



CAPITÃO ALBERTO NETO  
(PL/AM)



GIOVANI CHERINI  
(PL/RS)



MARCELO MORAES  
(PL/RS)



PAULO EDUARDO  
MARTINS (PL/PR)



CARLOS SAMPAIO  
(PSDB/SP)



EDUARDO CURY  
(PSDB/SP)



JOICE HASSELMANN  
(PSDB/SP)



ALINE SLEUTJES  
(PROS/PR)



ALÊ SILVA  
(REPUBLICANOS/MG)



DIEGO GARCIA  
(REPUBLICANOS/PR)



LUIS MIRANDA  
(REPUBLICANOS/DF)



ALUISIO MENDES  
(REPUBLICANOS/MA)



CORONEL TADEU  
(PL/SP)



CHICO D'ANGELO  
(PDT/RJ)



IDILVAN ALENCAR  
(PDT/CE)



MÁRIO HERINGER  
(PDT/MG)



WOLNEY QUEIROZ  
(PDT/PE)



IGOR TIMO  
(PODE/MG)



RODRIGO COELHO  
(PODE/SC)



AUREO RIBEIRO  
(SOLIDARIEDADE/RJ)



PAULINHO DA FORÇA  
(SOLIDARIEDADE/SP)



LUIS TIBÉ  
(AVANTE/MG)



ALEX MANENTE  
(CIDADANIA/SP)



CELSO SABINO  
(UNIÃO/PA)



ORLANDO SILVA  
(PCdoB/SP)



WELITON PRADO  
(PROS/MG)



ALIEL MACHADO  
(PV/PR)



ALENCAR SANTANA  
(PT/SP)



ERIKA KOKAY  
(PT/DF)



GLEISI HOFFMANN  
(PT/PR)



JOSEILDO RAMOS  
(PT/BA)



MARCIO MACEDO  
(PT/SE)



ZECA DIRCEU  
(PT/PR)



ZÉ NETO  
(PT/BA)



CÁSSIO ANDRADE  
(PSB/PA)



ELIAS VAZ  
(PSB/GO)



FELIPE CARRERAS  
(PSB/PE)



LÍDICE DA MATA  
(PSB/BA)



SÂMIA BOMFIM  
(PSOL/SP)



ADRIANA VENTURA  
(NOVO/SP)

## MEMBROS QUE INTEGRARAM A CCJC TEMPORARIAMENTE



**ALICE PORTUGAL**  
(PCdoB /BA)  
20/06/2022 a 21/06/2022



**ANGELA AMIN**  
(PP/SC)  
27/04/2022 a 04/05/22



**BILAC PINTO**  
(UNIAO/MG)  
27/04/2022 a 02/05/2022  
02/05/2022 a 02/08/2022  
02/08/2022 a 03/08/2022  
03/08/2022 a 04/08/2022



**BIRA DO PINDARÉ**  
(PSB/MA)  
27/04/2022 a 27/04/2022



**CACÁ LEÃO**  
(PP/BA)  
22/11/2022 a 23/11/2022



**CAROLINE DE TONI**  
(PL/SC)  
27/04/2022 a 02/05/2022  
06/12/2022 a 13/12/2022  
13/12/2022 a 13/12/2022  
14/12/2022 a 15/12/2022



**DANILO CABRAL**  
(PSB/PE)  
06/07/2022 a 06/07/2022



**DRA. SORAYA MANATO**  
(PTB/ES)  
20/06/2022 a 21/06/2022  
27/04/2022 a 24/05/2022



**EDILÁZIO JÚNIOR**  
(PSD/MA)  
27/04/2022 a 04/05/2022



**EDIO LOPES**  
(PL/RR)  
27/04/2022 a 28/04/2022



**ELIZA VIRGÍNIA**  
(PP/PB)  
01/08/2022 a 13/11/2022



**FRED COSTA**  
(PATRIOTA/MG)  
07/07/2022 a 23/11/2022



**JUSCELINO FILHO**  
(UNIAO/MA)  
27/04/2022 a 27/04/2022



**LINCOLN PORTELA**  
(PL/MG)  
27/04/2022 a 25/05/2022



**LUIZ PHILIPPE DE  
ORLEANS E BRAGANÇA**  
(PL/SP)  
27/04/2022 a 27/04/2022



**MÁRCIO BIOLCHI**  
(MDB/RS)  
27/04/2022 a 17/05/2022



**ODAIR CUNHA**  
(PT/MG)  
27/04/2022 a 05/05/2022



**OTTO ALENCAR FILHO**  
(PSD/BA)  
04/05/2022 a 11/05/2022



**PASTOR EURICO**  
(PL/PE)  
25/05/2022 a 24/06/2022



**PAULO MAGALHÃES**  
(PSD/BA)  
04/05/2022 a 09/11/2022



PERPÉTUA ALMEIDA  
(PCdoB/AC)  
18/10/2022 a 09/11/2022



RODRIGO AGOSTINHO  
(PSB/SP)  
18/10/2022 a 19/10/2022



SARGENTO ALEXANDRE  
(PODE/SP)  
10/06/2022 a 08/10/2022



SILAS CÂMARA  
(REPUBLICANOS/AM)  
27/04/2022 a 11/07/2022



VALTENIR PEREIRA  
(MDB/MT)  
17/05/2022 a 15/07/2022



VINICIUS CARVALHO  
(REPUBLICANOS/SP)  
27/04/2022 a 27/04/2022



VIVI REIS  
(PSOL/PA)  
18/10/2022 a 24/10/2022

**CCJC**  
**EM NÚMEROS**



## CCJC EM 2022

---

**45 Reuniões realizadas**

88 horas e 45 minutos de deliberação em plenário

66 Vaga de Membros Titulares e 66 Vagas de Membros Suplentes



**759** itens pautados



**677** Proposições apreciadas

89,19% de matérias apreciadas\*



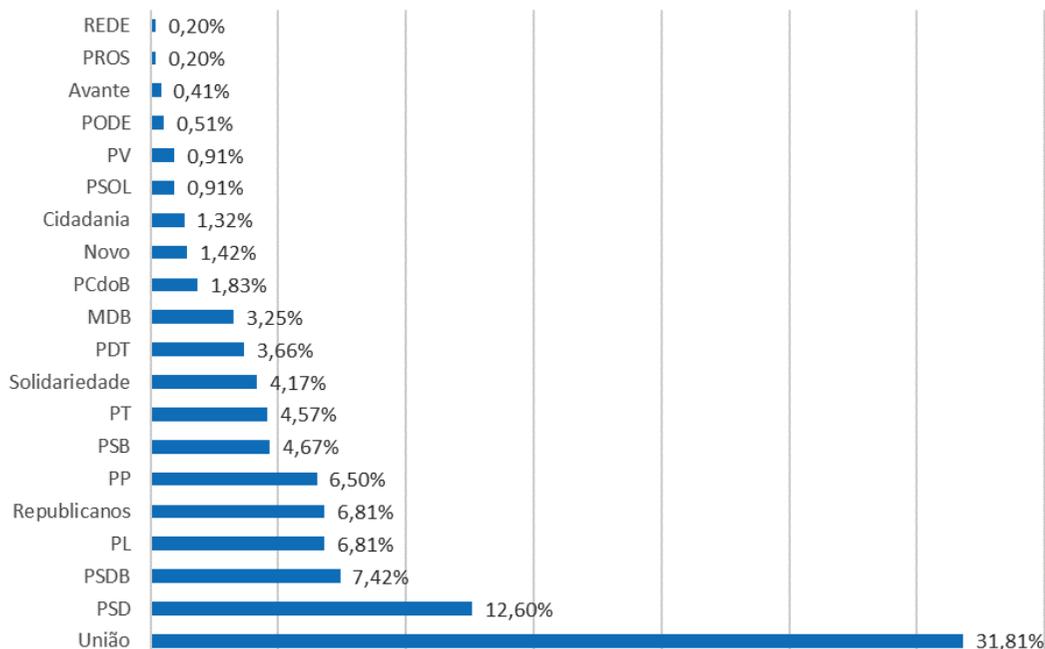
**984 Relatorias designadas**

\*Foram consideradas as proposições apensadas

## As 45 Reuniões Realizadas por Mês e Tipo de Reunião

Resumo das Reuniões da CCJC	Mês									TOTAL 2022
	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
<i>Quantidade de Reuniões - Instalação e Eleição</i>	1									1
<i>Quantidade de Reuniões Deliberativas Realizadas</i>		9	10	4	4		3	6	5	41
<i>Quantidade de Reuniões de Audiências Públicas Realizadas</i>		1		1		1				3
<b>Total de Reuniões Realizadas</b>										<b>45</b>

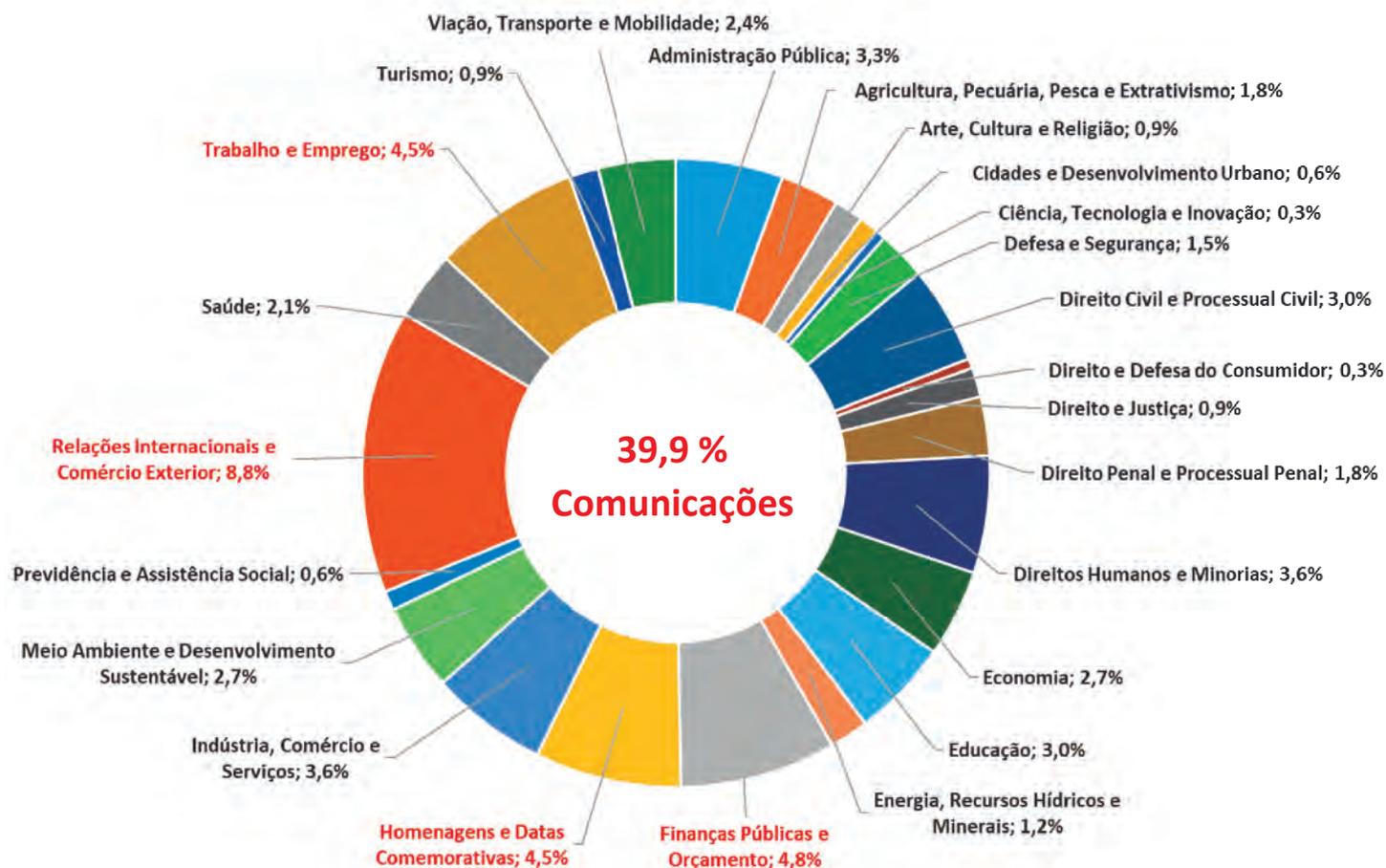
## Distribuição Percentual por Partido das 984 Relatorias Designadas



## Distribuição Percentual dos Macrotemas das Matérias Apreciadas na CCJC em 2022

Macrotemas	Percentual
Administração Pública	3,3%
Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	1,8%
Arte, Cultura e Religião	0,9%
Cidades e Desenvolvimento Urbano	0,6%
Ciência, Tecnologia e Inovação	0,3%
Comunicações	39,9%
Defesa e Segurança	1,5%
Direito Civil e Processual Civil	3,0%
Direito e Defesa do Consumidor	0,3%
Direito e Justiça	0,9%
Direito Penal e Processual Penal	1,8%
Direitos Humanos e Minorias	3,6%
Economia	2,7%
Educação	3,0%
Energia, Recursos Hídricos e Minerais	1,2%
Finanças Públicas e Orçamento	4,8%
Homenagens e Datas Comemorativas	4,5%
Indústria, Comércio e Serviços	3,6%
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	2,7%
Previdência e Assistência Social	0,6%
Relações Internacionais e Comércio Exterior	8,8%
Saúde	2,1%
Trabalho e Emprego	4,5%
Turismo	0,9%
Viação, Transporte e Mobilidade	2,4%

## Representação Percentual dos Macrotemas das Matérias Apreciadas na CCJC em 2022



**Observação:** O macrotema “comunicações”, que representa 39,9% do total, foi omitido gráfico acima para facilitar a leitura e a representação dos demais macrotemas. Os percentuais apresentados para os demais macrotemas não foram alterados. Os macrotemas destacados em vermelho foram os mais relevantes, percentualmente, no trabalho da CCJC em 2022.

## Estatística de Matérias e Redações Finais da CCJC em 2022

Total Recebidas
<b>1417</b>

Matérias Recebidas em 2022		
Tipo	Apreciação	Quantidade
CON	N/A	1
MSC	Plenário	1
PARF	N/A	301
PDC	Plenário	3
PDL	Plenário	39
PDL	Parecer 09/90	170
PEC	Plenário	10
PL	Conclusiva	450
PL	Plenário	106
PLP	Plenário	19
PRC	Plenário	13
REC	Plenário	4
REC	N/A	2
REQ	N/A	57
<b>Total</b>		<b>1176</b>

Redações Finais Recebidas em 2022		
Tipo	Apreciação	Quantidade
CON	N/A	1
PDL	Plenário	28
PDL	Parecer 09/90	129
PL	Conclusiva	72
PL	Plenário	11
<b>Total</b>		<b>241</b>

Total Apreciadas
<b>677</b>

Matérias Apreciadas em 2022		
Tipo	Apreciação	Quantidade
PDL (TVR)	Parecer 09/90	129
PDL	Plenário	28
PEC	Plenário	13
PL	Conclusiva	93
PL	Plenário	58
PLP	Plenário	18
CON	N/A	1
REQ	N/A	25
SLD/SOR	Interna	8
<b>Total</b>		<b>373</b>

\* Considerado os projetos apensados

Redações Finais Apreciadas em 2022		
Tipo	Apreciação	Quantidade
PDC/ PDL	Parecer 09/90	218
PL	Conclusiva/Plenário	86
<b>Total</b>		<b>304</b>

\* Consideradas 3 Redações Finais cujas votações foram dispensadas

**Observação:** Os dados foram obtidos por meio de relatório extraído do sistema PLC em janeiro de 2023.

# INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO



27 de Abril



## Deputado Arthur Oliveira Maia é eleito Presidente da CCJC



*Deputado Arthur Oliveira Maia*

A primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do ano de 2022, realizada em 27 de abril, foi presidida, inicialmente, pela Deputada Bia Kicis (PL/DF) que, na qualidade de última Presidente do colegiado, conforme disposto no art. 39, §4º, do Regimento Interno, conduziu a eleição da nova Presidência – composta pelos cargos de Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Vice-Presidente e Terceiro Vice-Presidente.

Dando prosseguimento aos trabalhos, passou-se ao procedimento de votação que elegeu com 53 votos – de um total de 57 votos registrados no sistema – o Deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA), como o novo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Ao assumir a Presidência da CCJC, o Deputado Arthur Oliveira Maia se emocionou “por ter a confiança de tantos companheiros, amigos e colegas, em uma Casa tão plural, para presidir a Comissão mais importante da Câmara dos Deputados — mais importante no sentido de que por aqui passam todos os projetos que tramitam nesta Casa”, destacou o Presidente. Também ressaltou que é o nono parlamentar baiano a assumir o cargo. Mesmo com o ano encurtado pela disputa eleitoral, o presidente disse esperar bastante trabalho. “Vamos fazer deste um ano grandioso. Todos os temas necessários serão debatidos com altivez, apesar de este ser um ano eleitoral”, afirmou.

Ainda em sua primeira fala como Presidente, destacou a tradição de debates acalorados da Comissão e prosseguiu declarando a sua paixão pelo Direito que “sempre foi a minha profissão, a minha opção de vida. Eu sou advogado, fiz mestrado em direito, sempre estudei muito o direito e sempre tive um respeito muito grande pelo direito, pelo ensino do direito, por tudo o que ele representa.” Falou, ainda, a respeito da contradição institucional que é colocada à CCJC, que faz a ciência da produção das leis através da política. Segundo o Presidente: “Essa dualidade, essa linha tênue sobre a qual nós temos que transitar é extremamente complexa, mas ao mesmo tempo apaixonante. Temos que entender, entretanto, que aqui nesta Casa nós temos que apreciar todas as matérias, independentemente de serem matérias propostas por aqueles que têm uma opinião mais liberal no seu pensamento ou por aqueles que têm uma posição mais social

na sua prática política. Aqui nós temos que colocar essas matérias em votação e debatê-las pensando no Brasil, pensando naquilo com que podemos contribuir.”

Na sequência, foram empossados os Vice-Presidentes da Comissão, sendo o Primeiro Vice-Presidente, o Deputado Darci de Matos (PSD/SC); o Segundo Vice-Presidente, o Deputado João Campos (REPUBLICANOS/GO) e o Terceiro Vice-Presidente, o Deputado General Peternelli (UNIÃO/SP).

Ao encerrar a reunião, o Presidente agradeceu a todos e desejou: “Que esse tempo seja abençoado por todas as nossas graças, pela nossa inteligência, pela nossa fé e pelo credo de que podemos construir um Brasil melhor! ”



**Para saber mais:**



LEIA A NOTÍCIA!



ASSISTA AO VÍDEO DA REUNIÃO!

# AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



**17 de Maio**

## Execução de atividades indiretas nos estabelecimentos penais



A audiência pública realizada de modo híbrido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania foi proposta pelo Deputado Subtenente Gonzaga (PSD/MG), por meio dos Requerimentos nºs 03/2022 e 07/2022, e contou com os seguintes convidados: André Fernandes Ferreira, Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima; Gilson Pimentel Barreto, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais e Trabalhadores do Sistema Penitenciário Paulista - SINDCOP/SP; Gilvan Albuquerque, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Distrito Federal - SINDPPF/DF; Gustavo Octaviano Diniz Junqueira, Coordenador-Chefe do Departamento de Sistema Prisional do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM; Jacinto



*Deputado Capitão Alberto Neto*

Teles Coutinho, Presidente da Associação dos Policiais Penais do Brasil - AGEPPEN/BRASIL; Jean Otoni, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais de Minas Gerais - SINDPPEN/MG; José Roberto Neves, Diretor da Associação dos Policiais Penais do Brasil - AGEPPEN/BRASIL; Renato de Vitto, Defensor Público do Estado de São Paulo; Paulo Eduardo de Almeida Sorci, Vice-Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Segurança Pública – CNPCP; Paulo Rogério da Silva, Presidente do Sindicato dos Policiais Penais do Distrito Federal - SINDPOL/DF;

Rodrigo Machado de Andrade, Diretor-Geral do Departamento Penitenciário do Estado de Minas Gerais - DEPPEN/MG e Séfora Graciana Cerqueira Char, Procuradora do Ministério Público do Trabalho. A audiência pública abordou o Projeto de Lei nº 2694/2015, que trata da execução indireta, sob a supervisão do Estado, de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais. De acordo com o projeto, de autoria da CPI, que investigou o Sistema Carcerário Brasileiro, poderão ser executados, por empresas ou parceiros privados, serviços como de conservação, limpeza, informática, portaria, recepção, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos; serviços de assistência material, à saúde, jurídicos e educacionais. Também poderão ser privatizados serviços de monitoramento e rastreamento de presos por dispositivo eletrônico autorizado por lei e referentes à movimentação interna de presos, entre outros. Durante o evento, os participantes cobraram a regulamentação

da carreira da polícia penal e criticaram a proposta de privatização de serviços em penitenciárias apresentada no projeto de lei em análise na comissão.



*Deputado Subtenente Gonzaga*

O Deputado Subtenente Gonzaga afirmou que a proposta em debate perdeu sentido a partir da promulgação da emenda constitucional que reconheceu a polícia penal. O relator do projeto, Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), frisou a necessidade de solicitar à Mesa da Câmara um novo despacho ao projeto, para que ele possa analisar também o mérito da proposta de acordo com as novas informações. Presidiram a Reunião de audiência pública o Deputado General Peternelli e o Deputado Capitão Alberto Neto.



**Para saber mais:**



LEIA A NOTÍCIA!



ASSISTA AO VÍDEO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA!

**07 de Julho**

## **Criação do dia nacional da Doença de Huntington - 27 de setembro**

O debate da proposta de criação do Dia Nacional da Doença de Huntington foi o propósito da Audiência Pública solicitada pela autora do Projeto de Lei nº 5.060/2013, Deputada Erika Kokay (PT/DF), e pela relatora do texto na CCJC, Deputada Maria do Rosário (PT/RS). Descrita em 1872 pelo médico Samuel Huntington, a doença é hereditária dominante, degenerativa, afetando o sistema nervoso central e provocando movimentos involuntários e bruscos dos braços, das pernas



*Deputada Erika Kokay*

e do rosto, além de ocasionar a perda progressiva da memória, psicoses e sensibilidade mental precoce. Até o momento, não existe tratamento para a doença, mas tão somente cuidados que permitam ao paciente ter melhor qualidade de vida. A audiência pública, realizada de modo híbrido pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, foi proposta por meio dos Requerimentos nº 68, de 2021 e nº 20, de 2022 e

contou com os seguintes convidados: Roberta Arb Saba Rodrigues Pinto - Coordenadora do Departamento Científico de Transtornos do Movimento da Academia Brasileira de Neurologia (ABN); Antônio Marcos Gomes Ferreira - Vice-Presidente da Associação Brasil Huntington (ABH); Thaís Dos Santos Miranda - Colaboradora da Associação Brasil Huntington – ABH e Representante das Famílias Assistidas; Tatiana Henrique Santos - Psicóloga e colaboradora da Associação Brasil Huntington (ABH), Giulia Gamba - Gerente de Comunicação da Associação Crônicos do Dia a Dia (CDD); Patrícia Peres de Souza - Coordenadora-Geral de Atenção especializada e Representante do Ministério da Saúde e Vita Aguiar De Oliveira - Presidente da Associação Brasil Huntington (ABH). De acordo com os convidados, a instituição do dia 27 de setembro como o Dia Nacional da

Doença de Huntington, em suma, se tornará um instrumento para retirar a doença da invisibilidade, o que certamente contribuirá para vencer preconceitos e melhorar a qualidade de vida de quem sofre com a doença.



*Deputada Maria do Rosário*



**Para saber mais:**



LEIA A NOTÍCIA!



ASSISTA AO VÍDEO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA!

## 01 de Setembro



### Discussão da extinção de Varas da Justiça do Trabalho



A extinção das varas do Trabalho prevista na Resolução nº 296/2021 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que trata da reestruturação das unidades judiciárias e administrativas, foi tema do debate proposto pelo Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), por meio dos Requerimentos nºs 27 e 29/2022, para a realização de Audiência Pública semipresencial.

A reunião contou com os seguintes convidados para discutir a extinção das varas do Trabalho: Ivan Bagini - Presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da

15ª Região – SINDIQUINZE;

Professora Bebel-  
Deputada Estadual  
(PT/SP) da ALESP; Valeir  
Ertle - Secretário  
Nacional de Assuntos  
Jurídicos da Central  
Única dos Trabalhadores  
– CUT; Juíza Luciana  
Paula Conforti - Vice-  
Presidente da  
Associação Nacional dos  
Magistrados da Justiça  
do Trabalho –  
ANAMATRA; Sandra Dias  
- Coordenadora Geral da  
Federação Nacional dos



*Deputado Paulo Teixeira*

Trabalhadores do Judiciário e MPU – FENAJUFE; Olga Vishnevsky Fortes - Juíza da 7ª Vara do Trabalho do TRT 2ª Região e Presidente da Associação Brasileira de Magistrados do Trabalho – ABMT; Desembargador Marcelo Maciel Mancilha - Presidente do Colégio de Presidentes e Corregedores de TRTs – COLEPRECOR; Juiz Auxiliar Luciano Athayde Chaves - Representando a Presidência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT.

A audiência discutiu o artigo 27 da Resolução nº 296/2021, que provocou uma série de reclamações em todo o País em razão da sua redação que levava à interpretação de que

extinguiria varas, quando tinha o objetivo de tratar da reestruturação, o que poderia levar a realocações. Tal artigo, porém, foi suspenso na quarta-feira (31) e teve seu debate adiado para o próximo ano, quando se poderá construir um mecanismo que permita ajustes na jurisdição, mas sem prejudicar o acesso à Justiça. Diante da suspensão, o Deputado Paulo Teixeira considerou que a audiência “teve um resultado” e “cumpriu um papel fundamental para a revisão do debate”, em outro contexto.



### Para saber mais:



LEIA A NOTÍCIA!



ASSISTA AO VÍDEO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA!

# PROPOSIÇÕES APROVADAS





**MAIO**



## 03 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**67**  
Parlamentares  
presentes



**34**  
Itens  
na pauta





## Aprovada permissão para instituição de pesquisa privada receber estímulo governamental



*Deputado Fábio Trad*

O Projeto de Lei nº 5.752/2016, de autoria dos Deputados Otavio Leite (PSDB/RJ) e Vitor Lippi (PSDB/SP), declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs). Poderão usufruir desses programas de estímulos os CPIEs pessoas jurídicas de direito privado legalmente

constituídas sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que incluam em sua missão institucional, em seu objetivo social ou estatutário, a pesquisa (básica ou aplicada) de caráter científico ou tecnológico, bem como promovam o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos. O Relator da matéria, Deputado Fábio Trad (PSD/MS), manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, com subemendas. No substitutivo, é destacado que essas instituições deverão estar sediadas nos Ambientes de Inovação (Parques e Polos Tecnológicos e Centros de Inovação) reconhecidos formalmente pelo Poder Executivo, que regulamentará os critérios para esse reconhecimento. A proposta foi aprovada nesta Comissão, sendo registrado o voto contrário do PSOL.



## Prorrogada não incidência do Adicional ao Frete para navegação de carga no Norte e no Nordeste

O Projeto de Lei nº 1.765/2019, de autoria do Deputado Júnior Ferrari (PSD/PA), altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997. Com a aprovação do Projeto, até 8 de janeiro de 2027 haverá isenção do Adicional ao Frete para as mercadorias cuja origem ou destino seja porto localizado nas regiões



*Deputado Capitão Alberto Neto*

Norte ou Nordeste, nas navegações de cabotagem, interior fluvial e lacustre. O Relator da matéria, Deputado Capitão Alberto Neto (REPUBLICANOS/AM), manifestou-se pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes. A proposta foi aprovada nesta Comissão, sendo registrado o voto contrário da Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS).



## Requerimentos

Requerimento	Autor	Ementa
REQ 2/2022 CCJC	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Requer a criação de Subcomissão Especial dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes e das Políticas Familiares.
REQ 3/2022 CCJC	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão, para debater a respeito do Projeto de Lei nº 2694/2015.
REQ 4/2022 CCJC	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Requer o ADITAMENTO ao Requerimento nº 3/2022 - CCJC, que “Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão, para debater a respeito do Projeto de Lei nº 2694/2015”.
REQ 5/2022 CCJC	Fernanda Melchionna PSOL/RS Glauber Braga PSOL/RJ Joenia Wapichana REDE/RR José Ricardo PT/AM Luiza Erundina PSOL/SP Maria do Rosário PT/RS Patrus Ananias PT/RS Professora Rosa Neide PT/MT Rodrigo Agostinho PSB/SP Sâmia Bomfim PSOL/SP Talíria Petrone PSOL/RJ Waldenor Pereira PT/BA Áurea Carolina PSOL/MG	Requer a criação de Grupo de Trabalho para acompanhar a situação dos povos indígenas Yanomami.  

## 10 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**67**  
Parlamentares  
presentes



**108**  
Itens  
na pauta



## Requerimentos

Requerimento	Deputado Autor/Partido	Ementa
REQ 168/2021	Erika Kokay PT/DF Maria do Rosário PT/RS	Requer a realização, no âmbito desta Comissão, de audiência pública para debater a criação do Dia Nacional da Doença de Huntington e o Projeto de Lei nº 5.060, de 2013.
REQ 7/2022	Fernanda Melchionna PSOL/RS Sâmia Bomfim PSOL/SP	Requer a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC para debater o Projeto de Lei nº 2694 de 2015, que dispõe sobre a execução indireta de atividades desenvolvidas nos estabelecimentos penais, e dá outras providências.

## 11 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**88**  
Parlamentares  
presentes



**11**  
Itens  
na pauta





## Acordo para instalação de escritório da OCDE no Brasil

O Projeto de Decreto Legislativo, que valida os termos do acordo internacional para a instalação de um escritório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no Brasil, nº 253/2021, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, teve parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e pela inconstitucionalidade, injuridicidade da Emenda da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. O Relator compreendeu que, na tramitação legislativa de Acordos internacionais, não é cabível a apresentação de emendas que modifiquem, total ou parcialmente, tais instrumentos. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



*Deputado Eduardo Cury*



## Porte de arma à policial penal mesmo sem dedicação exclusiva

O Projeto de Lei nº 9424/2017, do Deputado Onyx Lorenzoni (DEMOCRATAS/RS), altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Estatuto do Desarmamento), para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários. O Parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo, foi pela



*Deputado Delegado Pablo*

constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto e do Substitutivo da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado. O projeto foi aprovado nesta Comissão.



## Semana de reciclagem e meio ambiente nas escolas

O Projeto de Lei nº 53 de 2015, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), cria a semana Nacional de Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio,



*Deputado Pompeo de Mattos*

e constará do calendário anual escolar. O evento será realizado, anualmente, com a participação das famílias dos estudantes e da comunidade. O Autor menciona ainda que, no plano normativo, a Política Nacional de Resíduos Sólidos traz inovações como a construção de aterros sanitários e os incentivos para a reciclagem. Ao lado dessa legislação é

preciso implantar políticas que conscientizem a sociedade para a preservação ambiental. Nesse contexto, o projeto proporcionaria aos estudantes o conhecimento necessário para participar desse processo de reorganização conceitual e aprender a reciclar e a entender a importância de suas ações para o meio ambiente.

O relator do projeto, Deputado Eduardo Bismarck, ressalta que os problemas ambientais enfrentados pelo Brasil e pelas demais nações se transformaram em desafios de enormes proporções, pois tanto comprometem a nossa qualidade de vida, como põem em risco a própria continuidade das espécies, inclusive da espécie humana. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), e foi aprovado pelo Colegiado da Comissão.



*Deputado Eduardo Bismarck*



## Feira gaúcha em calendário turístico oficial



*Deputada Maria do Rosário*

O Projeto de Lei nº 10169/2018, do Deputado Paulo Pimenta (PT/RS), inclui no Calendário Turístico Oficial do País, a "FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo", realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul. O autor da proposta relata que a FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo, nasceu da experiência dos PACs (Projetos Alternativos Comunitários) juntamente com a Cáritas Brasileira – Rio Grande do Sul, na Diocese de Santa Maria – RS, através do Projeto Esperança/Coesperança, setor vinculado ao Banco da Esperança/Cáritas Diocesana.

Atualmente, este grande evento chega a sua 25ª Edição, realizando-se, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul. A feira vem-se destacando no campo da economia solidária e aponta para políticas públicas e para o fortalecimento da construção de um modelo de desenvolvimento Solidário e sustentável, para “Um Outro Mundo Possível”, argumenta o autor do projeto. O parecer da Deputada Maria do Rosário pela constitucionalidade da matéria foi aprovado pelo Colegiado da Comissão.

## 17 de Maio



Assista ao vídeo da Reunião



**63**  
Parlamentares presentes



**81**  
Itens na pauta





## Fim da tributação da gorjeta de pequenos bares e restaurantes

O Projeto de Lei Complementar nº 338/2017, do Deputado Herculano Passos (REPUBLICANOS/SP), exclui as gorjetas da receita bruta das microempresas e empresas de pequeno porte. O relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), apresentou parecer pela aprovação do projeto e também das duas emendas da Comissão de Finanças e Tributação. Uma delas prevê que a exclusão das gorjetas da nota fiscal vigore por cinco anos. A outra estabelece que o impacto da concessão do benefício seja absorvido pelas leis orçamentárias durante o período. A proposta foi aprovada nesta Comissão.



*Deputado Eduardo Cury*



## Articulação de ações para a redução de desigualdades regionais

O Projeto de Lei Complementar nº 39/2003, do Senador Ramez Tebet (PMDB/MS), que prevê que a União promova a articulação de ações no âmbito federal, estadual e municipal, visando a integração de regiões em desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais. Após parecer do relator, Deputado Delegado Pablo (PSL/AM), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia a proposta foi aprovada nesta Comissão.



*Deputado Delegado Pablo*



## Isenção tributária para livros em formatos diversos e respectivos equipamentos de leitura



*Deputado Pedro Lupion*

O Projeto de Lei nº 4.534/2012, do Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), que concede isenção tributária a livros em formato digital, magnético e ótico e a equipamentos eletrônicos cuja função exclusiva ou primordial seja a leitura desses textos, como e-

readers. No caso de equipamentos voltados para a audição dos livros em formato magnético ou ótico, a isenção será aplicada apenas a deficientes visuais. Após parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (PP/PR), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e das emendas apresentadas na Comissão de Cultura, o projeto foi aprovado nesta Comissão.



## Parecer às emendas do Senado a projeto sobre condutor de ambulâncias



*Deputado Fábio Trad*

Projeto e o Relator, Deputado Fábio Trad (PSD/MS), opinou em seu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Emenda nº 2 do Senado Federal e foi aprovado por esta Comissão.

O Projeto de Lei nº 3.553/2015, do Deputado Valdir Colatto (PMDB/SC), regulamenta o exercício da atividade de condutor de ambulâncias. O Projeto determina que o condutor de ambulâncias deve ser maior de 21 anos, possuir diploma de ensino médio e estar habilitado para condução de veículos na categoria D ou E. A Comissão avaliou as Emendas do Senado ao



## Doação de terreno da União para Embaixada de Cabo Verde

O Projeto de Lei nº 4256/2016, do Poder Executivo, autoriza a União a doar um lote em Brasília para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde. Justifica o autor da proposta que no âmbito da política externa brasileira é de especial interesse a doação do lote nº44 do Setor de Embaixadas Norte para Cabo Verde, a



*Deputado General Peternelli*

fim de que a chancelaria desse país tenha sede própria em Brasília. A medida atenderia ao princípio da reciprocidade, uma vez que já houve doação de imóvel em Praia para a República Federativa do Brasil. Entretanto, a doação só pode prosperar com a autorização do Poder

Legislativo. O relator da proposta, Deputado General Peternelli diz ser irrefutáveis os argumentos trazidos pelo autor da proposta para a realização referida doação, tais como o fato de o Brasil manter relações bilaterais com a República de Cabo Verde desde a independência desse país, em 5 de julho de 1975. Em 1980, o Governo brasileiro abriu sua Embaixada na Cidade da Praia. Desde então, foram firmados acordos de cooperação e trocadas diversas visitas de alto nível. Essa intensa sequência de visitas entre Brasil e Cabo Verde expressa o esforço de ambas as partes em intensificar os laços bilaterais. Ademais, a grande identidade cultural entre Brasil e Cabo Verde, favorece todos os aspectos do relacionamento bilateral”. O colegiado da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania aprovou o parecer favorável do relator, Deputado General Peternelli (UNIÃO/SP).



## 18 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**75**  
Parlamentares  
presentes



**08**  
Itens  
na pauta





## Nomeia São Frei Galvão viaduto em Guaratinguetá

O Projeto de Lei nº 7222/2014, do Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP), denomina "Viaduto Frei Galvão" o viaduto situado no km 58 da rodovia BR-116, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo. O autor da proposta argumentou que São Frei Galvão, após anos de aprendizados



*Deputado Eduardo Cury*

intelectuais e religiosos, empenhou-se com zelo e generosidade a muitas obras em favor da igreja e dos necessitados no estado de São Paulo. Entre suas realizações, destaca-se a construção do convento e da igreja de Nossa Senhora da Luz, da qual Frei Galvão foi o autor dos traços arquitetônicos, além de empenhar-se pessoalmente na condução das obras, que duraram por 28

anos. O Mosteiro da Lua ser tombado pela Unesco. Em 1998, no pontificado do Papa João Paulo II, Frei Galvão tornou-se o primeiro brasileiro nato a ser beatificado. Quase uma década depois, em maio de 2007, canonizado pelo Papa Bento XVI, foi elevado à condição de primeiro santo católico nascido no Brasil. “Seu relevo humano, artístico, histórico e místico, estampado em traços firmes em sua biografia, atravessa, contudo, as fronteiras das denominações religiosas”. O Colegiado da CCJC aprovou o parecer favorável a matéria do Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP).



## Homenagem póstuma a médico e prefeito de Carmópolis de Minas

O Projeto de Lei nº 10276/2018, do Deputado Domingos Sávio - PSDB/MG, dá nome "Dr. Silas Faleiro" ao trevo de Carmópolis de Minas na BR 381, incluindo o viaduto situado no Km 585. Após parecer do Relator, Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG), pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa a proposta foi aprovada nesta Comissão.



*Deputado Paulo Abi-Ackel*

## 24 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**73**  
Parlamentares  
presentes



**30**  
Itens  
na pauta



### Requerimentos

Requerimento	Autor	Partido	Ementa
REQ 10/2022 CCJC	Maria do Rosário	PT/RS	Requer Audiência Pública para debater a PEC 206 de 2019 que dá nova redação ao art. 206, inciso IV, e acrescenta § 3º ao art. 207, ambos da Constituição Federal, para dispor sobre a cobrança de mensalidade pelas universidades públicas.



## 25 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**95**  
Parlamentares  
presentes



**24**  
Itens  
na pauta





## Aprova admissibilidade de PEC que cria filtro de relevância para recursos especiais ao STJ

A proposta de Emenda à Constituição nº 39/2021, de autoria do Senado, altera o art. 105 da Constituição Federal para instituir no recurso especial o requisito da relevância das questões de direito federal infraconstitucional.

Segundo parecer da Relatora do Projeto na CCJC, Deputada Bia Kicis (PL/DF), a expectativa do STJ é de que o filtro de relevância diminua em 50% o volume de

recursos que chegam ao tribunal, afirma a Deputada. Desta forma, a Relatora manifestou-se favoravelmente à admissibilidade da PEC que foi aprovada nesta Comissão.



*Deputada Bia Kicis*



## Criação do Dia Nacional do Endocrinologista

O Projeto de Lei nº 636/2019, do Senador Jorginho Mello (PL/SC), aprovado na Comissão, institui o Dia Nacional do Endocrinologista. Segundo parecer do Relator do Projeto na CCJC, Dep. Hiran Gonçalves (PP/RR), o projeto defende a valorização da profissão e votou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



*Deputado Hiran Gonçalves*

## 31 de Maio



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**65**  
Parlamentares  
presentes



**30**  
Itens  
na pauta





## Fim de sigilo sobre crimes contra a administração pública



*Deputado Kim Kataguiri*

A proposta de Emenda à Constituição nº 68/2007, do Deputado Luiz Couto (PT/PB), dá nova redação ao art. 93 da Constituição Federal. A Proposta proíbe o sigilo de justiça em processos que investiguem crimes contra a administração pública. O parlamentar destaca que a transparência nos processos judiciais é norma constitucional do direito moderno e prática universal dos países, enquanto o sigilo constitui exceção. O

Relator, Deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), recomendou a aprovação do texto e acrescentou que a proposta irá trazer um grande benefício para sociedade brasileira, que vai conhecer todas as investigações sobre a administração pública. Desta forma, manifestou-se favoravelmente à admissibilidade da PEC que foi aprovada nesta Comissão.



## Obrigatoriedade de rádio FM em telefone celular fabricado ou montado no Brasil

O Projeto de Lei nº 8.438/2017, do Deputado Sandro Alex (PSD/PR), dispõe sobre o aparelho de telefonia celular com capacidade de recepção de sinais de radiodifusão sonora em Frequência Modulada - FM. Por recomendação do relator, Deputado Felipe Francischini (UNIÃO/PR), a proposta foi aprovada na forma de substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. O texto exige que a funcionalidade de recepção dos sinais de radiodifusão esteja habilitada antes da distribuição e comercialização do aparelho no País. Desta forma, manifestou-se favoravelmente à proposta que foi acolhida nesta Comissão.



*Deputado Felipe Francischini*



## Atendimento precoce em escola para crianças com necessidades especiais



*Deputado Alencar Santana*

O Projeto de Lei nº 5.592/2016, da Deputada Erika Kokay (PT/DF), que Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado precoce a Crianças de 0 a 3 (três) anos. A autora da proposta destacou que o atendimento precoce faz uma diferença imensa nas potencialidades. O relator, Deputado Alencar Santana (PT/SP), destacou a importância do projeto para melhorar a

aprendizagem de crianças com necessidades especiais. Desta forma, manifestou-se favoravelmente à proposta que foi aprovada nesta Comissão.



## Incentivo a energias renováveis para agricultores familiares

O Projeto de Lei nº 6.325/2016, do Deputado Pedro Uczai (PT/SC), acresce dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre suas prioridades. Prevê o presente projeto que o poder público incentivará prioritariamente, dentre outras atividades já prevista na lei, a aquisição de equipamentos que utilizem a energia solar, energia



*Deputado Rubens Pereira Júnior*

eólica ou biomassa, para a produção de energia limpa e sustentável, através de linhas de crédito diferenciadas, principalmente para a agricultura familiar. Argumenta o autor do projeto que a diversificação da matriz energética é uma realidade cada vez mais presente em todo o mundo. O aumento da demanda energética em decorrência dos atuais padrões de consumo e a possível escassez na oferta de combustíveis fósseis está levando ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de fontes energéticas que minimizem os impactos ambientais. O Relator, Deputado Rubens Pereira Júnior (PT/MA), manifestou favoravelmente ao projeto que foi aprovado pelo Colegiado da Comissão.



**JUNHO**



## 01 de Junho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**84**  
Parlamentares  
presentes



**17**  
Itens  
na pauta





## Penas mais duras para roubo de fios de luz e telecomunicações

O texto aprovado pela CCJC foi o substitutivo do relator Deputado Felipe Francischini (UNIÃO/PR) ao Projeto de Lei nº 5846/2016, do Deputado Sandro Alex (PSD/PR), que altera o artigo 184 da Lei Geral de Telecomunicações - Lei nº 9.472/1997, estabelecendo sanção penal para atividade exercida com utilização de equipamento e elementos de rede obtidos por meio criminoso. O crime de receptação de fios e cabos roubados ou furtados, atualmente não previsto no Código Penal, passa a ter pena de reclusão de quatro a oito anos e multa. A punição vale para quem transportar, conduzir, ocultar, fornecer, empregar, ceder, ainda que gratuitamente, ter em depósito ou expor à venda. Caso o furto ou roubo dos fios leve à interrupção do serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, a pena será de reclusão de dois a quatro anos e multa. A pena será dobrada se o crime for cometido durante uma calamidade pública.



*Deputado Felipe Francischini*



## Isenção de Imposto de Renda para bolsas de universidades privadas



*Deputado Hugo Leal*

O Projeto de Lei nº 846/2011, de autoria do Deputado Hugo Leal (PSC/RJ), dispõe sobre a natureza das bolsas de estudo de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e dá outras providências. O projeto estabelece que as bolsas de estudo para cursos de graduação, pós-graduação, extensão e pesquisa, concedidas a alunos e docentes por entidades públicas ou privadas de fomento, não integram o salário ou rendimento do trabalho e devem receber

isenções tributárias. Também estão incluídas as bolsas concedidas em função de acordo ou convenção coletiva de trabalho. A legislação atual já isenta as bolsas, mas o pagamento por instituições privadas era questionado por causa do vínculo empregatício com o órgão concedente.

Como condição, as bolsas deverão ser caracterizadas como doação, não podem integrar qualquer forma de salário ou rendimento e também não devem dar nenhuma vantagem financeira para a instituição de ensino com que o bolsista mantenha vínculo empregatício, nem exigir a contraprestação de serviços. A Relatora do projeto foi a Deputada Bia Kicis (PL/DF), que proferiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, do Projeto de Lei nº 1.620/2011, apensado, e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.



*Deputada Bia Kicis*



## Comunicação extrajudicial de atos processuais



*Deputado Delegado Marcelo Freitas*

O Projeto de Lei nº 1706/21, do Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), que acrescentar o § 4º ao artigo 236, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil, permitindo a comunicação extrajudicial de atos processuais. Com isso, as partes envolvidas no processo poderão escolher se as comunicações serão feitas em serviço de registro de títulos e documentos. O relator do projeto foi o Delegado Marcelo

Freitas (UNIÃO/MG) que apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda, e, no mérito, pela aprovação. Segundo o relator as comunicações processuais são os principais gargalos que tornam a Justiça lenta e a mudança aprovada dará maior celeridade aos atos processuais.

## 07 de Junho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**70**  
Parlamentares  
presentes



**26**  
Itens  
na pauta





## Facilita redução do ICMS de carros para pessoas com deficiência

O Projeto de Lei Complementar nº 86/2019, de autoria do Deputado Hugo Leal (PSD/RJ), altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para permitir ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ deliberar, por maioria simples dos representantes das Unidades da Federação, sobre benefícios fiscais destinados à implementação dos direitos das pessoas com deficiência previstos na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. O relator, deputado Marcelo Aro (PP/MG), recomendou a aprovação da alteração, sendo o seu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



*Deputado Marcelo Aro*



## Criação de campanha nacional para doação de córneas

O Projeto de Lei 278/2020, do Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), que institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Córneas, a ser realizada anualmente, de 15 a 22 de outubro.



*Deputado Tadeu Alencar*

Alencar (PSB/PE), que emitiu parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e da Emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, recomendando a aprovação da proposta, pois a campanha dará às pessoas mais tranquilidade e segurança para manifestar aos seus familiares a intenção de ser doador, ampliando o número de doações e mudando a vida daqueles que serão beneficiados.

Durante a semana, serão desenvolvidas atividades de esclarecimento e incentivo à doação de córneas e a captação de doadores por meio de atendimento humanizado por profissionais e equipes de voluntários. As ações, atividades e campanhas publicitárias devem envolver órgãos públicos e entidades privadas, a fim de informar e orientar sobre os procedimentos para o cadastro de doadores e a importância da doação de córneas.

O Relator foi o Deputado Tadeu



## Inscrição de Antonieta de Barros como Heroína da Pátria

O Projeto de Lei nº 4940/20, de autoria o Deputado Alessandro Molon (PSB/RJ), que inscreve o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. Alfabetizada tardiamente por jovens estudantes, Antonieta de Barros (1901-1952) formou-se professora e está entre as primeiras mulheres a ocupar cargos eletivos no Brasil. Foi eleita em 1934 Deputada Estadual por Santa Catarina, mesmo ano que a médica Carlota Pereira de Queirós se elegeu Deputada Federal por São Paulo. Em 1948, um projeto de lei de Antonieta de Barros criou o Dia do Professor, com feriado escolar em 15 de outubro, em Santa Catarina. A data seria oficializada no País inteiro somente em outubro de 1963. O relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), recomendou a aprovação, sendo o parecer pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda de redação.



*Deputado Tadeu Alencar*

"Antonieta de Barros foi uma personagem de grande importância na história de luta contra os preconceitos de cor, classe e gênero no Brasil, tendo dedicado sua vida a combater o analfabetismo de adultos carentes, na crença de que a educação era a única arma capaz de libertar os desfavorecidos da servidão", destacou.



## Aprovado o nome de Francisco Pereira Netto para viaduto de Curitiba



*Deputado Luizão Goulart*

O Projeto de Lei nº 5310/20 homenageia o avicultor e empresário Francisco Pereira Netto, dando o seu nome ao viaduto situado sobre a rodovia BR-116, altura do km 117, no bairro Campo Santana, em Curitiba (PR). O Relator da proposta foi o Deputado Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE/PR), que emitiu parecer favorável à proposição, sendo pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda. De acordo com o Deputado Luciano Ducci (PSB/PR) – autor do projeto, Francisco Pereira Netto, além de criar a maior granja avícola do Paraná, foi um dos

pioneiros do bairro, onde viveu por 89 anos e ajudou a construir a Paróquia Sant'Ana e, também, colaborou com a assistência dos moradores.

## 08 de Junho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**89**  
Parlamentares  
presentes



**19**  
Itens  
na pauta





## Proibida aposentadoria de juízes como medida disciplinar

A Proposta de Emenda Constitucional nº 163/2012 foi apresentada pelos Deputado Rubens Bueno (Cidadania/PR) e Arnaldo Jordy (PPS/PA) e dá nova redação aos arts. 93, 95 e 103-B, da Constituição Federal, para vedar a concessão de aposentadoria como medida disciplinar e estabelecer a perda de cargo de magistrado nos casos de quebra de decoro.



*Deputado Kim Kataguiri*



*Deputado Rubens Bueno*

A proposta, também, atribui ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a competência de decretar, por decisão administrativa, a perda do cargo de membros do Poder Judiciário, sendo o parecer do Relator, Deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), pela admissibilidade do texto que prevê a pena de perda do cargo para juízes que atentarem contra a dignidade, a honra e o decoro de suas funções.

## 20 de Junho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**60**  
Parlamentares  
presentes



**02**  
Itens  
na pauta





## Piso salarial para enfermeiros e para agentes de saúde



*Deputadas Carmen Zanoto e Bia Kicis*

A Proposta de Emenda Constitucional nº 11/2022, institui o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira, fazendo com que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios tenham até o fim do exercício financeiro de publicação da futura lei para adequar a remuneração dos cargos ou dos

respectivos planos de carreiras, quando houver. A intenção é evitar veto presidencial ou uma eventual suspensão na Justiça do piso aprovado pelo Congresso com o argumento de “vício de iniciativa”. De autoria da Senadora Eliziane Gama, a emenda pretende dar segurança jurídica ao projeto do piso da enfermagem e recebeu parecer favorável à admissibilidade proferido pela Relatora, a Deputada Bia Kicis (PL/DF).



## Estimular a competitividade de biocombustíveis

A Proposta de Emenda Constitucional nº 15/2022, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, prevê benefícios para fontes limpas de energia por, pelo menos 20 anos, de modo a assegurar o direito coletivo ao meio ambiente equilibrado. O poder público deverá manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final na forma de uma lei complementar que assegure tributação inferior a incidente sobre os combustíveis



*Deputado Danilo Forte*

fósseis, capaz de garantir diferencial competitivo em relação a estes. O relator na comissão, Deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), apresentou parecer favorável à proposta que faz parte do

pacote de medidas para conter a alta no preço dos combustíveis ao alterar o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; incluir o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autorizar a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expandir o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; instituir auxílio para caminhoneiros autônomos; expandir o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e instituir auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público.



## 21 de Junho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**76**  
Parlamentares  
presentes



**43**  
Itens  
na pauta



O colegiado da Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania aprovou, na reunião de 21 de junho de 2022, três emendas de metas e uma emenda de texto ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2023, (PLN nº 5/22). As emendas de metas aprovadas foram para o Desenvolvimento de Políticos de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade; para Construção de Unidades Operacionais e Administrativas da Polícia Rodoviária Federal; e para Reorganização e Modernização do Processo Judicial. Veja a relação das emendas aprovadas:



## **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 2/2022**

Do Deputado. Elias Vaz – para o "desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. Programa: 5016: Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento. Ação: 21 BM - Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade. Ação Apoiada (Unidade). Acréscimos: 2356".



## **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 6/2022**

Do Deputado. Arthur Oliveira Maia – para "construção de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF. Programa: 5016: Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento. Ação: 154T - Construção de Unidades Operacionais e Administrativas da PRF. Obra realizada. Acréscimos: 100".



## **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 7/2022**

Do Deputado. Rubens Pereira Júnior - para "reorganização e Modernização do Processo Judicial. Programa: 5015: Justiça. Ação: 2017 - Promoção da Política Nacional de Justiça. Política Apoiada. Acréscimos: 10" -.



## **SUGESTÃO DE EMENDA À LDO - COMISSÕES Nº 9/2022**

Do Deputado. Tabata Amaral - que "anexo de Margem Expansão das DOCC - Reserva de saldo da margem para compensação orçamentária e financeira de projeto de lei. Emenda Aditiva. Adição: Depois. Referência: Anexo IV.12. Texto proposto: Inserir, no quadro denominado "MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO – DOCC", no demonstrativo do "Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)", após o item "Crescimento vegetativo dos gastos sociais" e seus subitens, um novo item com a redação a seguir, com a consequente redução, no mesmo montante, do saldo apresentado no item "Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)".



## Disciplina permissões de serviço público com contratos firmados antes da Constituição



*Deputado Fausto Pinato*



*Deputado Darci de Matos*

A Proposta de Emenda à Constituição nº 142/15, de autoria do Deputado Fausto Pinato (PRB/SP), disciplina as permissões de serviço público por prazo indeterminado cujos contratos foram firmados antes da vigência da Constituição de 1988. De acordo com a proposta, as permissões poderão ter prazo e condições fixados em contrato, sendo assegurada a renovação do contrato por igual período, além de haver a possibilidade de, ao final, o serviço ser licitado. O objetivo é beneficiar cerca de 6 mil lotéricos, de acordo com o relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), que apresentou parecer favorável à proposta que acrescenta o art. 121 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando prazo de vigência adicional aos instrumentos de permissão lotérica.



## Tipificação de crime de abuso de poder em troca de benefício sexual

A Deputada Tabata Amaral (PSB/SP) e 15 outros parlamentares são autores do Projeto de Lei nº 4.534/2021 que acrescenta o Capítulo I - B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tratar do crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de atividade sexual. A proposta recebeu parecer favorável da



*Deputada Tabata Amaral*

relatora, a Deputada Maria do Rosário (PT/RS), que entende que a proposta aperfeiçoa a legislação penal. Ela destaca que a conduta – conhecida na língua inglesa como “sextortion” e

“sextorsão” em português – consiste no abuso de poder por condicionar a prestação de um dever de ofício à execução de atividade sexual, sendo uma forma de corrupção na qual o sexo, em vez do dinheiro, é a moeda do suborno.



*Deputada Maria do Rosário*

O texto prevê pena de reclusão de 2 a 6 anos para o ato de condicionar a prestação de serviço ou a prática de ato de ofício à prestação de atividade sexual, que envolva conjunção carnal ou a prática de outro ato libidinoso. Se a atividade sexual for consumada, a pena será de reclusão de 6 a 10 anos. Caso o agente seja funcionário público, a pena será somada à pena correspondente ao crime contra a administração pública.



## Obrigação de ressarcir o SUS em caso de acidentes com dolo ou culpa grave

O texto aprovado na Comissão é o substitutivo do Relator, o Deputado Kim Kataguiri (UNIÃO/SP), ao Projeto de Lei n  5.298/2016, de autoria do Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO) e ao Projeto de Lei n  7.889/2017, do Deputado Carlos Henrique Gaguim (UNIÃO/TO). A proposta acresceu dispositivo   Lei n  10.406, de 10 de janeiro de 2002 – que institui o Código Civil, para responsabilizar financeiramente o motorista que pratica crime de homicídio ou lesão corporal com capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência. De acordo com o Deputado Kim Kataguiri, o objetivo do substitutivo é evitar que as transportadoras sejam responsabilizadas solidariamente, aumentando os riscos e os custos do negócio. Assim, o texto estabelece também que, além de indenizar a vítima, o motorista responda pelos gastos do Sistema  nico de Saúde (SUS) para socorro, atendimento e tratamento da vítima e de si próprio, devendo responder pelos auxílios e pensões gastos em decorrência do acidente.



*Deputado Kim Kataguiri*

28 de Junho



Assista ao vídeo da Reunião



70  
Parlamentares  
presentes



32  
Itens  
na pauta





## Mudança no funcionamento dos Tribunais de Contas

A Proposta de Emenda à Constituição nº 329/2013, de autoria do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), muda as regras de composição e funcionamento do Tribunal de Contas da União (TCU), dos tribunais de contas dos estados, do DF e dos municípios, além do Ministério Público junto ao TCU. A relatora da matéria, Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP), apresentou parecer pela admissibilidade, uma vez que a proposta objetiva dar mais transparência, prioriza o



*Deputada Adriana Ventura*

combate à corrupção e estimular o controle social ao prever a realização de concurso público de provas e títulos para carreiras dos órgãos de contas e estabelece que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá fiscalizar o trabalho dos ministros, conselheiros e auditores dos tribunais de contas. Além disso, caberá ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a fiscalização dos procuradores do Ministério Público de Contas.



## Regras para os contratos de fidúcia



*Deputado Enrico Misasi*

O Projeto de Lei nº 4.758/2020, de autoria do Deputado Enrico Misasi (MDB/SP), introduz na legislação brasileira o contrato de fidúcia (regime de administração de bens de terceiros mediante remuneração). O texto é inspirado no trust, figura comum no direito inglês e norte-americano, e poderá servir para administração de heranças, patrimônio de dependentes ou investimentos. O Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), acatou emenda prevendo que os créditos que antecedem

o regime de fidúcia sobre os bens do devedor não se sujeitam às limitações impostas pela constituição da fidúcia, bastando, para tanto, a demonstração da data da constituição do crédito e a data da instituição do regime de fidúcia. O objetivo é evitar riscos aos credores do fiduciante, que poderiam conceder crédito com base em análise de patrimônio que seria posteriormente “dilapidado” por meio da constituição de fidúcia. O fiduciário responde



*Deputado Eduardo Cury*

pelos prejuízos causados por negligência ou administração temerária. Havendo mais de um fiduciário, todos respondem solidariamente. Entre os deveres do fiduciário estão: manter os bens e direitos objeto da fidúcia separados dos seus e de outros sob sua administração; aplicar os recursos e os bens provenientes da fidúcia na conformidade do que dispuser a lei ou ato constitutivo; e prestar contas de sua gestão, na periodicidade prevista na lei ou no ato constitutivo da fidúcia.





## Proibição de vínculo empregatício de religiosos com entidades nas quais atuam



*Deputado João Campos*

Roberto Alves (REPUBLICANOS/SP), teve como Relator, o Deputado João Campos (REPUBLICANOS/GO), que apresentou parecer pela constitucionalidade da proposta. Ele fez um acréscimo ao texto, para estabelecer que não há vínculo empregatício, a não ser que seja provado o desvirtuamento da finalidade religiosa e voluntária das atividades.

O Projeto de Lei nº 1.096/2019, altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e proíbe vínculo empregatício ou relação de trabalho entre entidades de confissão religiosa (igrejas, instituições, ordens ou congregações) e pastores, bispos, freiras, padres, evangelistas, presbíteros, diáconos, ministros, anciãos ou sacerdotes, pois seriam relações decorrentes da fé, da crença ou da consciência religiosa. O projeto, de autoria dos Deputados Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS/SP) e



*Deputado Vinicius Carvalho*



## Desconto de honorário advocatício diretamente de benefício previdenciário



Deputado Ricardo Silva

O Projeto de Lei nº 4.830/2020, altera o artigo 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, autorizando o desconto dos honorários do advogado diretamente do benefício previdenciário recebido pelo cliente em processo administrativo. Atualmente, a Lei de Benefícios da Previdência Social não prevê o desconto direto dos honorários como consequência de decisão administrativa favorável ao segurado. O Relator, Deputado Ricardo Silva (PSD/SP), apresentou substitutivo onde o desconto não poderá ultrapassar o limite de 30% do benefício.



### Requerimentos

Requerimento	Autor	Partido	Ementa
REQ 20/2022 CCJC	Maria do Rosário	PT/RS	Requer inclusão de convidado para a audiência pública aprovada pelo Requerimento nº 168/2021 para debater a criação do Dia Nacional da Doença de Huntington e o Projeto de Lei nº 5.060, de 2013

## 29 de Junho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**86**  
Parlamentares  
presentes



**24**  
Itens  
na pauta





## Acordo do Brasil com Israel sobre intercâmbio de informações sigilosas



*Deputado Luizão Goulart*

estabelecer padrões comuns para o credenciamento do pessoal autorizado a manusear as informações e a tabela de equivalência das classificações de segurança da informação. O Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, o Deputado Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE/PR), apresentou parecer pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da proposta.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 485/2021 aprovou o texto do acordo firmado em 2010 e uma emenda assinada em 2018, entre Brasil e Israel, sobre o intercâmbio de informações sigilosas entre as autoridades dos dois países. No acordo, são definidos parâmetros para preservar o grau de sigilo na transmissão de documentos e para o compartilhamento de informações sigilosas com terceiros países, além de



## Proibição de condição discriminatória em contratação de estágio



*Deputada Maria do Rosário*

O Projeto de Lei nº 449/2019, de autoria do Deputado Valmir Assunção (PT/BA), que proíbe cláusula ou condição de caráter discriminatório em contratos de estágio, inclusive a exigência de que o aluno tenha disponibilidade de veículos, equipamentos ou outra forma de contrapartida. A proposta altera a lei que dispõe sobre o estágio de estudantes (Lei 11.788/08)

e recebeu parecer favorável da relatora, Deputada Maria do Rosário (PT/RS), que defendeu que, quando se trata de um estagiário, é um aprendiz, e quem chama um aprendiz para uma empresa ou para o serviço público oferece as condições de aprendizagem.



## Desconto em remuneração de agente público processado por improbidade



*Deputado Gilson Marques*

O Projeto de Lei nº 4.483/2020, de autoria do Deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ) e outros, altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa. O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator Deputado Gilson Marques (NOVO/SC) após sugestão do movimento Unidos Contra a Corrupção, que reúne cerca de 300 instituições relacionadas ao tema,

como a Transparência Internacional Brasil e a Fundação Getúlio Vargas. O texto modifica a Lei de Improbidade Administrativa para prever que, na ação por improbidade administrativa, o juiz possa autorizar o desconto de até 30% da remuneração do agente público, até o valor do enriquecimento ilícito auferido ou do prejuízo sofrido pela administração pública. O valor deve ser depositado em juízo e convertido em renda ao ente público envolvido caso o agente seja, ao final, condenado, ou a ele restituído, se absolvido das imputações. O desconto da remuneração só deve ser feito se o agente público não tiver bens que possam ser indisponibilizados para a garantia de ressarcimento integral ao erário.



**JULHO**



## 06 de Julho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**96**  
Parlamentares  
presentes



**26**  
Itens  
na pauta





## Proibição de bloqueio de verbas federais para educação



*Deputada Fernanda Melchionna*



*Deputado Orlando Silva*

A Proposta de Emenda à Constituição nº 96/2019, de autoria da Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), inclui o §19 no art. 166 da Constituição Federal, estabelecendo a execução orçamentária obrigatória das programações relativas à manutenção e desenvolvimento do ensino. O Relator, Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), deu parecer favorável à matéria. Por acordo, ele apresentou uma complementação de voto para prever que a execução será obrigatória, salvo quando não se realizar a arrecadação orçamentária prevista, hipótese em que o ajuste deverá ser submetido ao Congresso Nacional, garantidos os mínimos constitucionais. A votação foi acompanhada por representantes de movimentos estudantis, que pressionaram pela aprovação da matéria.



## Proposta amplia receitas da Embrapa

O Projeto de Lei nº 5.999/2019, de autoria do Senador Álvaro Dias, altera a Lei nº 5.851/1972, inclui entre os recursos da Embrapa os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos serviços e dos direitos de uso da marca e, também, determina que o dinheiro obtido seja aplicado exclusivamente em pesquisas. O relator, Deputado Domingos Neto (PSD/CE), apresentou parecer favorável ao texto e fez uma emenda de juridicidade, para corrigir menção a uma legislação.



*Deputado Domingos Neto*



## Incentivo na conta de energia para saneamento rural



*Deputado José Guimarães*

O Projeto de Lei nº 892/2015, de autoria do Deputado José Guimarães (PT/CE) e sob a relatoria do Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG) propõe a criação de uma nova classe de consumidores de energia elétrica, a ser identificada como “classe rural por autogestão”, formada por unidades consumidoras que operem, por si mesmas, sistema de abastecimento de água e de esgoto em comunidades rurais organizadas em associações, com gestão própria ou compartilhada com organização não governamental, sem fins lucrativos. De acordo com a proposição, o alto custo de operação e instalação de sistemas de saneamento em comunidades rurais dificulta a prestação do serviço pelas empresas responsáveis, o que tem motivado, em alguns casos, a formação de parcerias entre essas empresas e as associações representativas dos usuários do sistema de água, ou seja, dos moradores.

O Projeto de Lei nº 892/2015, de autoria do Deputado José Guimarães (PT/CE) e sob a relatoria do Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG) propõe a criação de uma nova classe de consumidores de energia elétrica, a ser identificada como “classe rural por autogestão”, formada por unidades consumidoras que operem, por si mesmas, sistema de abastecimento de água e de esgoto em comunidades rurais organizadas em associações, com



*Deputado Lafayette de Andrada*



## Criação de política nacional de qualidade do ar



*Deputado Paulo Teixeira*



*Deputado Camilo Capiberibe*

O Projeto de Lei nº 10.521/2018, do Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e entre outros pontos, deverá assegurar a preservação da saúde pública, do bem-estar e da qualidade ambiental. De acordo com o texto, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) definirá padrões nacionais, e os estados e o Distrito Federal poderão ter regras mais restritivas. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Deputado Camilo Capiberibe (PSB/AP), tendo sido aprovado o texto do substitutivo da Comissão de Meio Ambiente.



## Línguas indígenas como cooficiais

O Projeto de Lei nº 3.074/2019, de autoria do Deputado Dagoberto Nogueira (PDT/MS), torna os idiomas indígenas línguas cooficiais nos municípios que têm comunidades indígenas. De acordo com o texto, a medida pretende garantir a diversidade linguística das 274 línguas indígenas faladas por 305 etnias diferentes no país. O relatório da Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), relatora, foi pela



*Deputada Joenia Wapichana*

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com emenda, nos termos do Parecer com Complementação de Voto da Relatora.



## Indicação ao Poder Executivo para federalizar trecho de rodovia entre Pará e Tocantins

O Projeto de Lei nº 5.560, de 2019, originário da Câmara dos Deputados e de autoria do Deputado Osires Damaso (PSC/TO), cria norma que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação e dá outras providências. Para tanto, o projeto incluiu na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal trechos de rodovias localizadas nos Estados do Pará e do



*Deputado Osires Damaso*



*Deputado Aluisio Mendes*

Tocantins – PA-287, TO-335, TO-010 e TO-222 – que ligam o Município de Redenção, no Estado do Pará, ao Município de Filadélfia, no Tocantins. O relatório do Deputado Aluisio Mendes (PSC/MA) foi pela constitucionalidade e injuridicidade, fazendo com que o Projeto de Lei nº 5.560/2019 fosse arquivado e em seu lugar, a comissão aprovou uma indicação ao Poder Executivo para federalizar o trecho da rodovia.

## 07 de Julho



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**54**  
Parlamentares  
presentes



**32**  
Itens  
na pauta



## Acordos Internacionais Aprovados

PDL – Acordo Internacional	Deputado Relator/Partido	Ementa
<b>PDL 289/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Aprova o texto do Acordo Quadro entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil/Peru, celebrado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.
<b>PDL 331/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Emirados Árabes Unidos sobre Cooperação e Assistência Mútua em Matéria Aduaneira, assinado em Abu Dhabi, em 27 de outubro de 2019.
<b>PDL 645/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Jurídica em Matéria Civil entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos, assinado em Brasília, em 18 de setembro de 2013.
<b>PDL 743/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre a República Federativa do Brasil e a República da Lituânia, celebrado em Nova York, em 26 de setembro de 2018.
<b>PDL 777/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre a República Federativa do Brasil e a República Islâmica do Paquistão, assinado em Brasília, em 6 de agosto de 2018.
<b>PDL 932/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Aprova o texto do Texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil, assinado em Montevidéu, em 7 de novembro de 2013.
<b>PDL 934/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Aprova o texto retificado do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia, a República do Chile, a República do Equador, a República do Peru e a República Bolivariana da Venezuela, celebrado em Córdoba, em 20 de julho de 2006.
<b>PDL 1.100/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Canadá sobre Transporte Aéreo, assinado em Brasília, em 8 de agosto de 2011.
<b>PDL 1.129/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guatemala, assinado na Cidade da Guatemala, em 25 de julho de 2019.
<b>PDL 1.131/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de San Marino para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em San Marino, em 31 de março de 2016.

**12 de Julho**



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**58**  
Parlamentares  
presentes



**28**  
Itens  
na pauta





## Dobra indenização a ser paga por praticante de cartel



*Deputado Aguinaldo Ribeiro*

O Projeto de Lei nº 11.275/18, de autoria do Senador Aécio Neves (PSDB/MG), pretende dobrar a indenização a ser paga por empresas que praticarem infração à ordem econômica, como o cartel. Conforme o projeto, o infrator que celebrar acordo de leniência ou o termo de compromisso de cessação (TCC) com o CADE, além de não pagar a

indenização em dobro, ficará isento de pagamentos por responsabilidade solidária, desde que entregue documentos que permitam estimar o valor do dano decorrente da infração à ordem econômica. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB).



## Pensão para filhos afastados de pais com hanseníase antes de 1986

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania votou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei 2104/2011, do Deputado Diego Andrade (PSD/MG). O texto altera a Lei nº 11.520/2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios, para permitir a transmissão do benefício aos dependentes hipossuficientes. Hoje essa pensão não pode ser transferida a herdeiros ou dependentes. O relatório do Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP) foi aprovado nesta Comissão, com o voto contrário do Deputado Gilson Marques.



*Deputado Orlando Silva*



## Criação do Dia Nacional da Doença de Huntington



*Deputada Erika Kokay*

De acordo com o texto aprovado, são objetivos do Dia Nacional da Doença de Huntington estimular a pesquisa e a difusão dos avanços técnico-científicos relativos à doença de Huntington; apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol dos portadores da enfermidade; estimular ações de informação e conscientização relacionadas à doença; e promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral aos portadores de Huntington.

O Projeto de Lei nº 5.060/2013, de autoria da Deputada Erika Kokay (PT/DF), criou o Dia Nacional da Doença de Huntington. A relatora, a Deputada Maria do Rosário (PT/RS), apresentou parecer pela aprovação da proposta e da emenda da Comissão de Seguridade Social e Família, que mudou a data. No texto original era 15 de setembro, mas foi alterada para 27 de setembro para coincidir com a data de criação da Associação Brasil Huntington (ABH).



*Deputada Maria do Rosário*



## Criação de política para conscientizar população sobre doação de órgãos

O Projeto de Lei nº 2.839/2019, de autoria do Deputado Ricardo Izar (PP/SP), institui o Programa de Ensino e Conscientização sobre Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos no currículo escolar e acadêmico brasileiro. O parecer do Relator, Deputado Pr. Marco Feliciano (PL/SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.



*Deputado Pr. Marco Feliciano*



## Limite para penhora de faturamento para pagamento de débito trabalhista

O Projeto de Lei nº 3.083/2019, de autoria do Deputado Marcos Pereira, altera os arts. 642-A e 883 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a penhora sobre o faturamento da empresa. O texto



*Deputado Marcos Pereira*

propõe a introdução de um parágrafo 5º ao art. 642-A da CLT, determinando, para fins de expedição de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, considerar suficiente a penhora de percentual sobre o faturamento da empresa a partir da sua determinação pelo juiz. Por fim, o projeto também inclui parágrafo único no art. 883 da CLT, limitando até 20% a penhora sobre o

faturamento mensal da empresa, excluindo o valor referente à folha de pagamento. O parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (SOLIDARIEDADE/PR), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação na forma do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



## Requerimentos

Requerimento	Autor	Partido	Ementa
REQ 25/2022 CCJC	Darci de Matos	PSD/SC	Requer a realização de Audiência Pública para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 108/2021, que “altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir o enquadramento como Microempreendedor Individual (MEI) de pessoa com receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), bem como para permitir que o MEI contrate até 2 (dois) empregados.



**AGOSTO**



## 02 de Agosto



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**62**  
Parlamentares  
presentes



**33**  
Itens  
na pauta



## Proibição de técnicas construtivas hostis em espaços públicos



*Deputado Orlando Silva*

O Projeto de Lei nº 488/2021, de autoria do Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), visa alterar o Estatuto da Cidade para vedar o emprego de técnicas de “arquitetura hostil” em espaços livres de uso público. A proposição insere, entre as diretrizes da política urbana, a promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição dos espaços livres

de uso público, de seu mobiliário e de suas interfaces com os espaços de uso privado, vedado o emprego de materiais, estruturas, equipamentos e técnicas de arquitetura hostil, cujos

empregos objetivem ou resultem no afastamento de pessoas em situação de rua, idosos, jovens e outros segmentos da população. O Parecer do Relator, Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa nos termos das Emendas da Comissão de Desenvolvimento Urbano nºs 1 e 2.



## Requerimentos

Requerimento	Autor	Partido	Ementa
REQ 30/2022 CCJC	Diego Garcia	REPUBLICANOS/PR	Requer aprovação de moção de repúdio ao Senhor Giovanni Quintella Bezerra, médico anestesista, do Hospital da Mulher Heloneida Studart, pego em flagrante pelo estupro de paciente durante o parto.
REQ 32/2022 CCJC	Enrico Misasi	MDB/SP	Solicita a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências”.

## 04 de Agosto



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**46**  
Parlamentares  
presentes



**50**  
Itens  
na pauta

## Acordos Internacionais Aprovados

PDL – Acordo internacional	Acordo Relator/Partido	Ementa
PDL 215/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020
PDL 609/2021	Coronel Tadeu PL/SP	Aprova o texto do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia, assinado em Nova Delhi, em 25 de janeiro de 2020

## Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 27/2022 CCJC	Paulo Teixeira PT/SP	Requer a realização de audiência pública para debater a extinção de Varas do Trabalho em todo o País decorrente da Resolução 296 do Conselho Superior de Justiça do Trabalho.
REQ 29/2022 CCJC	Paulo Teixeira PT/SP	Requer aditamento de nome de convidada no requerimento 27/2022, apresentado nesta Comissão que solicita audiência pública para debater a extinção de Varas do Trabalho em São Paulo.

## 30 de Agosto



Assista ao vídeo da Reunião



**75**  
Parlamentares presentes



**37**  
Itens na pauta





## Amplia a atuação da iniciativa privada em presídios

O Projeto de Lei nº 2.694/2015 disciplina as atividades a serem desenvolvidas pela iniciativa privada nos estabelecimentos prisionais. O Projeto é de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro e prevê que poderão ser objeto de execução indireta, as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares desenvolvidas em estabelecimentos penais, como serviços de conservação, limpeza, informática, copeiragem, portaria, recepção, reprografia, telecomunicações, lavanderia e manutenção de prédios, instalações e equipamentos internos e externos; serviços de assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, entre outros. O Projeto também determina que a execução indireta seja realizada sob supervisão e fiscalização do Estado. O Parecer do Relator, Deputado Capitão Alberto Neto (PL/AM), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com substitutivo.



*Deputado Capitão Alberto Neto*



## Novas normas para doações de particulares a Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Projeto de Lei nº 10433/2018, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG), permite ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e aos conselhos estaduais e municipais captar diretamente recursos de particulares para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente nacional, distrital, estadual ou municipal. A proposta também possibilita aos doadores a indicação da destinação dos recursos doados. O Parecer do Relator, Deputado Lucas Redecker (PSDB/RS), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



*Deputado Lucas Redecker*



## Dispensa de autorização prévia do Detran para customização nos veículos

O Projeto de Lei nº 410/2022, de autoria do Deputado Luís Miranda (UNIÃO/DF), que altera o caput do art. 98 da Lei nº 9.503 (Código de Trânsito Brasileiro), estabelece a extinção da prévia autorização exigida para a modificação de veículo. O Parecer do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 756/2022 e 822/2022, apensados, e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, com subemenda.



*Deputado Luís Miranda*



*Deputado Darci de Matos*



## Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 37/2022 CCJC	Paulo Teixeira PT/SP	Requer o aditamento ao requerimento nº 32/2022 - CCJC, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.
REQ 33/2022 CCJC	Felipe Francischini UNIÃO/PR	Solicita a realização de reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências”.
REQ 35/2022 CCJC	Afonso Motta PDT/RS	Requer o aditamento do Requerimento nº 32/2022/CCJC para inclusão de palestrante na Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências”.
REQ 36/2022 CCJC	Enrico Misasi MDB/SP	Requer o aditamento ao requerimento nº 32/2022 - CCJC, para inclusão de convidado na realização de audiência pública.

## 31 de Agosto



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**57**  
Parlamentares  
presentes



**58**  
Itens  
na pauta



## Rejeitada competência de Juizado Especial Criminal para furto de pequeno valor

Os integrantes da comissão seguiram o parecer do relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), que pediu a rejeição do Projeto de Lei nº 1878/2007, do Deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), e dos apensados. O projeto alterava o Código Penal para estabelecer a competência dos Juizados Especiais Criminais para processar e julgar os furtos de pequeno valor. Com a decisão, a matéria será arquivada pela Câmara dos Deputados, a não ser que haja recurso para análise do Plenário.



*Deputado Delegado Pablo*



## Atualização dos limites do Simples Nacional



Deputado Darci de Matos

(PSD/SC), recomendou a aprovação da matéria, na forma do substitutivo aprovado anteriormente pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT). O texto tramita em conjunto com outros 14 projetos.

O Projeto de Lei Complementar nº 108/2021 aumenta o teto de enquadramento do Simples Nacional e do Microempreendedor Individual (MEI) e também permite a contratação de até dois empregados pelo MEI. Hoje a permissão é para apenas um. O projeto é oriundo do Senado e altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, estabelecendo novos valores que levam em conta a inflação oficial (IPCA) acumulada desde dezembro de 2006 até março de 2022. O relator, Deputado Darci de Matos



## Exclusão do adicional de periculosidade de transporte de combustível para uso próprio

O Projeto de Lei nº 1949/2021 altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estabelecendo que o transporte de combustível para consumo próprio não configura atividade perigosa. O objetivo é evitar a judicialização de demandas por adicional de periculosidade, deixando claro na legislação que, as quantidades de inflamáveis contidas nos tanques de combustíveis originais e suplementares dos veículos – para consumo próprio – não serão consideradas como atividades ou operações perigosas que impliquem riscos ao trabalhador. O texto, do Deputado Celso Maldaner (MDB/SC), foi aprovado por recomendação do relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), na forma do substitutivo acatado anteriormente na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



*Deputado Darci de Matos*



## Título de capital do rocambole para Lagoa Dourada – MG



*Deputado Paulo Abi-Ackel*

O Projeto de Lei nº 2209/2021 declara o município mineiro de Lagoa Dourada como a Capital Nacional do Rocambole. A proposta, do Deputado Aécio Neves (PSDB/MG), recebeu parecer pela aprovação do relator, Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG). A cada ano, Lagoa Dourada sedia a Festa do Rocambole e Mostra Cultural, evento que celebra a importância do doce para a economia e a cultura da cidade, atraindo pessoas de várias

partes de Minas Gerais e do Brasil. O rocambole de Lagoa Dourada, além de ser símbolo da identidade local, gera emprego e renda para povo lagoense, impulsionando a atividade de produtores locais, comerciantes e prestadores de serviços.



**OUTUBRO**



# 11 de Outubro



Assista ao vídeo da Reunião



60  
Parlamentares  
presentes



15  
Itens  
na pauta





## Critérios para definição de deficiência auditiva



Deputado Diego Garcia

O Projeto de Lei nº 1.361/2015, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP), estabelece que a deficiência auditiva constitui a perda unilateral ou bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000HZ e 3.000HZ. Justificando sua iniciativa, o autor destaca a definição de deficiência constante da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e a consequente lacuna legislativa constante no Decreto nº 3.298/99, com redação dada pelo Decreto nº 5.296/04, que restringe a deficiência auditiva à perda bilateral. Entre os direitos

assegurados estão a reserva de vagas em concursos públicos e a contratação pela Lei de Cotas, que exige percentuais variados de pessoas com deficiência nas empresas, proporcionalmente ao número de empregados. O parecer do Relator, Deputado Diego Garcia (PODE/PR), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste; e pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas nº 1 e nº 2 do Senado Federal.



## Regulamentação da profissão de marinheiro de esporte e recreio

O Projeto de Lei nº 5454/2016, de autoria das Deputadas Laura Carneiro - PMDB/RJ e Carmen Zanotto - PPS/SC, regulamenta a classe dos marinheiros de esporte e recreio. De acordo com o



*Deputada Maria do Rosário*

texto, são considerados marinheiros de esporte e recreio aqueles marinheiros empregados em embarcações de esporte e recreio, subdivididos em arrais, que tem autorização da marinha para conduzir embarcações na navegação interior; mestre, que pode conduzir embarcações na navegação costeira; e capitão, ao qual é permitido a condução sem limitações geográficas. O projeto também especifica critérios para habilitação e progressão na carreira, bem como disciplina a jornada, além de, exaustivamente, elencar as atribuições do comandante, do pessoal de convés, do timoneiro, do chefe de máquinas, do cozinheiro e do taifeiro. O parecer da Relatora, Deputada

Maria do Rosário (PT/RS), foi pela constitucionalidade, com emenda supressiva, juridicidade e técnica legislativa deste, com emendas de redação, e do Substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



## Cerro Azul é a “Capital da Ponkan”

O Projeto de Lei nº 10.704/2018, de autoria do Deputado Toninho Wandscheer (PROS/PR), confere ao município de Cerro Azul, no Estado do Paraná, o título de “Capital Nacional da Ponkan”. Conforme esclarece o Autor da proposta, o município paranaense de Cerro Azul é responsável por quase 50% da produção dessa variedade de tangerinas no Estado do Paraná e quase 10%, acima de 169 mil toneladas, da produção nacional. O parecer do Relator, Deputado Rubens Bueno (CIDADANIA/PR), foi pela



*Deputado Rubens Bueno*

constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e pela constitucionalidade, juridicidade e má-técnica legislativa da Emenda nº 1 apresentada pela Comissão de Cultura.



## Condições para guarda de animais domésticos em casos de separação



*Deputado Fred Costa*



*Deputado Delegado Pablo*

O Projeto de Lei nº 62/2019, de autoria do Deputado Fred Costa (PATRIOTA/MG), dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Ao justificar a medida, o Autor da proposição alega que os animais ainda são tratados pelo Código Civil como coisas móveis, o que dificulta no Poder Judiciário eventuais discussões sobre a guarda, visitas e pagamento de despesas relativas à criação. O parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 62/2019, bem como do substitutivo apresentado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e quanto ao mérito, pela rejeição dos Projetos de Lei nºs 473/2019 e 4.099/2019.



## Parcelamento de multas de trânsito



*Deputada Clarissa Garotinho*

O Projeto de Lei nº 2.959/2019, de autoria do Deputado Cezinha de Madureira (PSD/SP), altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre parcelamento e cobrança de multas de trânsito. O parecer da Relatora, Deputada Clarissa Garotinho (UNIÃO/RJ), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, dos Projetos de Lei nºs 5.450/2020 e 272/2021, apensados e do Substitutivo da Comissão de Viação e Transportes, com subemenda.



## Criação da Semana do Migrante 19 a 23 de junho



*Deputado Luizão Goulart*

projeto, “A migração internacional é uma realidade que desafia os Estados soberanos e a comunidade internacional, e que pede soluções urgentes e coordenadas”. O parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS/PR), foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação.

O Projeto de Lei nº 473/2020, de autoria do Deputado Carlos Gomes (REPUBLICANOS/RS), institui a “Semana do Migrante”, a ser comemorada no período que compreenda os dias 19 de junho a 23 de junho de cada ano, ocasião em que o Poder Público promoverá, em parceria com instituições acadêmicas ou entidades da sociedade civil, que atuam na defesa dos direitos dos migrantes, diversas atividades. Segundo justifica o autor do



## Obriga poder público a se esforçar para localizar parentes de falecidos

O Projeto de Lei nº 3.706/2020, de autoria do Deputado Benes Leocádio (REPUBLICANOS/RN), determina às autoridades a obrigatoriedade de envidar todos os esforços possíveis para a localização de familiares de pessoas falecidas. De acordo com a justificação do projeto, todos



*Deputado Luizão Goulart*

têm o direito a um sepultamento digno e para que isso ocorra é importante que os familiares possam ser comunicados do falecimento de um ente para conhecimento e ações que julgarem adequadas. O parecer do Relator, Deputado Luizão Goulart (REPUBLICANOS/PR) foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.



## Comunicação em até 24 horas sobre maus-tratos a animais em condomínios



*Deputado Delegado Pablo*

O Projeto de Lei nº 4.438/2020 estabelece a obrigatoriedade de comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos especializados, sobre a suspeita ou ocorrência de maus-tratos a animais nas unidades condominiais ou nas áreas comuns aos condôminos. Ao justificar a medida, o Autor do Projeto, Deputado Fred Costa (PATRIOTA/MG), argumenta que o projeto busca

contribuir para o enfrentamento da violência contra os animais, sendo necessário aumentar a conscientização da sociedade sobre a importância de notificar as autoridades competentes. O parecer do Relator, Deputado Delegado Pablo (UNIÃO/AM), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa-técnica legislativa de todas as propostas. Quanto ao mérito, manifestou-se pela aprovação dos Projetos de Lei nº 4.438/2020, nº 4.864/2020 e nº 281/2021, na forma do substitutivo anexo.



## Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores da Cultura

O Projeto de Lei nº 1732/2021, de autoria dos Deputados Sâmia Bomfim (PSOL/SP), Marília Arraes (PT/PE), Alice Portugal (PCdoB/BA) e outros, institui o Dia Nacional de Luta dos



*Deputada Fernanda Melchionna*

Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura, a ser celebrado anualmente no dia 4 de maio, e dá outras providências. Conforme esclarece os Autores da proposta, o dia 04 de maio é, desde 2020, um dia simbólico para os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, em detrimento do falecimento, por Covid-19, do compositor e artista Aldir Blanc e do ator, produtor, diretor e roteirista Flávio Migliaccio por suicídio. Em 2021, a data foi marcada pela perda do comediante Paulo Gustavo, também vítima da

Covid-19, gerando uma enorme comoção nacional. O parecer da Relatora, Deputada Fernanda Melchionna (PSOL/RS), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



## Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
<b>REQ 38/2022</b> CCJC	Arlindo Chinaglia PT/SP  Maria do Rosário PT/RS	Requer aditamento ao Req. nº 32/2022 - CCJC, para inclusão de convidadas para a audiência pública que debaterá o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências”
<b>REQ 39/2022</b> CCJC	Adriana Ventura NOVO/SP	Solicita a inclusão de convidado em reunião de audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3293, de 2021, que “Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências”.

## 18 de Outubro



Assista ao vídeo da Reunião



95  
Parlamentares  
presentes



27  
Itens  
na pauta





## Segurança climática como direito fundamental

A Proposta de Emenda à Constituição nº 37/2021, de autoria do Deputado Rodrigo Agostinho (PSB/SP) e outros, altera o art. 5º, caput, para acrescentar o inciso X ao art. 170 e o inciso VIII ao §1º do artigo 225 da Constituição Federal. De acordo com o texto, o que se busca incluir expressamente é a garantia à segurança climática em três artigos da Carta Magna. Em sua justificativa, os autores afirmam que os danos e riscos decorrentes e relacionados às mudanças climáticas, já em curso, são conhecidos e



*Deputado Rodrigo Agostinho*



*Deputada Joenia Wapichana*

representam um dos maiores, se não o maior desafio da sociedade moderna para com a preservação e a proteção, para o presente e para o futuro, das bases naturais e sociais da vida humana e em geral do planeta. O parecer da Relatora, Deputada Joenia Wapichana (REDE/RR), foi pela admissibilidade.



## Regulamentação da profissão de bugueiro

O Projeto de Lei nº 5.256/2016 regulamentou a profissão de bugueiro turístico e, de acordo com os autores do Projeto, Deputados Walter Alves (PMDB/RN) e Dr. Jaziel (PL/CE) a ausência de regulamentação da profissão de bugueiro dificulta a atividade de fiscalização de diversos órgãos com os quais a atividade de Buggy-Turismo se relaciona, entre eles os de trânsito, de segurança, meio ambiente, seguro e de defesa do consumidor. O parecer do Relator, Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa-técnica legislativa, com substitutivo saneador de técnica legislativa e da Emenda da Comissão de Finanças e Tributação.



*Deputado Eduardo Bismarck*

## 19 de Outubro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**83**  
Parlamentares  
presentes



**23**  
Itens  
na pauta





## Concessão de faixas de domínio de rodovias para lavouras

O Projeto de Lei nº 7.392/2017, de autoria do Deputado Misael Varella (PSD/MG), altera a Lei n. 8.171, de 1991, para permitir que o Poder Executivo outorgue concessões de uso remuneradas sobre as faixas de domínio das rodovias federais, exclusivamente para implantação de lavouras de culturas anuais. Na Justificação, o Autor argumenta que atualmente há autorização legal para que o Poder Executivo outorgue concessões remuneradas de uso sobre as faixas de domínio das rodovias federais para fins exclusivos de implantação de reflorestamentos, o que pode representar riscos viários significativos, motivo pela qual propõe a implantação de lavouras de culturas anuais. O parecer do Relator, Deputado Pedro Lupion (PP/PR), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa-técnica legislativa deste, com emenda; dos Projetos de lei nºs 7.394/2017, com emenda; do PL nº 1.728/2019, com emendas; do PL nº 7.439/2017; do PL nº 9.122/2017 e 9.815/2018, apensados; do Substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural e da Subemenda da Comissão de Viação e Transportes.



*Deputado Pedro Lupion*



## Proibição de remoção de veículo estacionado irregularmente



*Deputado Celso Sabino*

O Projeto de Lei nº 3315/2019, de autoria do Deputado Celso Sabino (PSDB/PA), altera a Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997, para vedar a remoção de veículo estacionado irregularmente caso o condutor possa sanar a irregularidade antes do início do processo de remoção. Ao justificar a medida, o autor da proposição argumenta que a remoção do veículo prevista no art. 181 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) tem o condão de desobstruir trânsito ante os casos de estacionamento irregular. No entanto, se o condutor puder sanar a irregularidade, deverá fazê-lo sem ser excluído da aplicação de multa prevista no

Código de Trânsito Brasileiro. O parecer do Relator, Deputado Luiz Carlos (PSDB/AP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa-técnica legislativa.



## Amplia transparência em contratações públicas

O Projeto de Lei nº 249/2022, de autoria dos Deputados Tabata Amaral (PSB/SP), Fábio Trad (PSD/MS), Alex Manente (CIDADANIA/SP) e outros, dispõe sobre normas de transparência nas contratações públicas da União. De acordo com os autores, o projeto tem por objetivo “assegurar mecanismos de transparência dos dados de contratações públicas de modo que a sociedade civil possa monitorar as informações e identificar eventuais irregularidades, de estabelecer novas funcionalidades e ampliar



*Deputado Eduardo Cury*

informações do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)”. O parecer do Relator, Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa-técnica legislativa.



**NOVEMBRO**



## 01 de Novembro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**67**  
Parlamentares  
presentes



**26**  
Itens  
na pauta





## Emendas do Senado Federal mudam cálculo para serviços de cartórios do DF

O Projeto de Lei nº 2.944/2019, de autoria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, que dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos, no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios, e dá outras providências. Em sua justificativa, o Presidente do Tribunal enfatiza a necessidade de atualização do regimento de emolumentos, que considera demasiadamente defasado, propõe a instituição de taxa adicional para compensar os atos gratuitos praticados no âmbito do registro civil de pessoas naturais e de um fundo de reaparelhamento e desenvolvimento do Tribunal. O parecer do Relator, Deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA), às emendas do Senado Federal ao texto da Câmara foi pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação das Emendas nºs 1, 3, 5, 8 e 9 do Senado Federal; e pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 6 e 7 do Senado Federal.



*Deputado Arthur Oliveira Maia*



## Divulgação da lista dos pacientes do SUS pela internet

O projeto de Lei nº 10.106/2018, de autoria do Senador Reguffe (PDT/DF), institui a obrigatoriedade de publicação na internet das listas de pacientes que serão submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Propõe, ademais, que a não publicação dessas informações seja considerada ilícito de improbidade administrativa, a ser apurada e sancionada nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de



*Deputada Adriana Ventura*

Improbidade Administrativa). O relatório da Deputada Adriana Ventura (NOVO/SP) foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emendas, deste e dos Projetos de Lei

nºs. 5.170/2013, 5.316/2013, 6.804/2013, 742/2015, 4.676/2016, 5.418/2016, 5.610/2016, 5.611/2016, 6.799/2017, 8.484/2017, 9.586/2018, 9.737/2018, 10.167/2018, 10.259/2018, 11.011/2018, 11.018/2018, 2.033/2019, 3.562/2019, 3.651/2019, 5.527/2019, 385/2020, 189/2022, 2.346/2022, 2.495/2022 e 602/2022, apensados; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dos Projetos de Lei nºs 5.274/2013, 3.787/2015, 5.642/2016, 5.884/2016, 3.312/2019, 5.119/2019, 3.659/2020, 2.222/2021, 2.860/2021 e 4.345/2021, apensados; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com subemendas de redação, do Substitutivo da Comissão de Trabalho, Administração e de Serviço Público e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 10.106/2018 e dos Projetos de Lei nºs. 5.170/2013, 5.316/2013, 6.804/2013, 742/2015, 4.676/2016, 5.418/2016, 5.610/2016, 5.611/2016, 6.799/2017, 8.484/2017, 9.586/2018, 9.737/2018, 10.167/2018, 10.259/2018, 11.011/2018, 11.018/2018, 2.033/2019, 3.562/2019, 3.651/2019, 5.527/2019, 385/2020, 189/2022, 2.346/2022, 2.495/2022, 602/2022, 5.274/2013, 3.787/2015, 5.642/2016, 5.884/2016, 3.312/2019, 5.119/2019, 3.659/2020, 2.222/2021, 2.860/2021 e 4.345/2021, apensados, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família; pela constitucionalidade e injuridicidade do Projeto de Lei nº 6.059/2020, apensado; e pela inconstitucionalidade e injuridicidade dos Projetos de Lei nºs 5.636/2013, 7.649/2014, 6.386/2016 e 5.471/2020, apensados.



## Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
<b>REQ 40/2022</b> <b>CCJC</b>	Enrico Misasi MDB/SP	Requer o aditamento ao requerimento nº 32/2022 - CCJC, para inclusão de convidado na realização de audiência pública destinada a discutir o PL 3293/2021, que “altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, para disciplinar a atuação do árbitro, aprimorar o dever de revelação, estabelecer a divulgação das informações após o encerramento do procedimento arbitral e a publicidade das ações anulatórias, além de dar outras providências”.

## 08 de Novembro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**53**  
Parlamentares  
presentes



**23**  
Itens  
na pauta





## Prioridade em registro de medicamento com IFA nacional

O Projeto de Lei nº 4.209/2019, de autoria do Senador Siqueira Campos (DEMOCRATAS/TO), cria norma que altera a Lei no 6.360, de 23 de setembro de 1976, para determinar que, para fins de registro, os medicamentos que contenham insumo farmacêutico ativo (IFA) nacional sejam enquadrados na categoria prioritária. O Relator da matéria, Deputado Pedro Lupion (PP/PR), posicionou-se pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e do Substitutivo da Comissão Seguridade Social e Família.



*Deputado Pedro Lupion*



## Criação de seis cargos de Procurador Regional do Trabalho



Deputado Fábio Trad

O Projeto de Lei nº 998/2020, de autoria do Ministério Público da União, cria seis cargos de Procurador Regional do Trabalho no quadro de pessoal do Ministério Público do Trabalho. Justificando sua iniciativa, o Procurador-Geral da República, citando o Procurador-Geral do Trabalho, aduz que “existe necessidade de criação de cargos junto ao Ministério Público do Trabalho, especialmente para atuação em segunda instância”. A manifestação favorável ao

projeto do Relator, Deputado Fábio Trad (PSD/MS), foi aprovada nesta Comissão.



## Uso de água do mar em equipamentos sanitários



*Deputado Baleia Rossi*

O Projeto de Lei nº 7108/2017, de autoria do Deputado Hildo Rocha (PMDB/MA), altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para obrigar à utilização da água do mar em equipamentos sanitários nas cidades litorâneas. A proposta foi aprovada nesta Comissão, tendo como Relator o Deputado Baleia Rossi (MDB/SP).



## Política Nacional de Saúde Bucal no SUS



*Deputado Paulo Teixeira*

O Projeto de Lei nº 8131/2017, de autoria do Senador Humberto Costa (PT/PE), institui uma política nacional de saúde bucal. O texto lista diretrizes dessa política e dispõe que as ações e os serviços de saúde bucal devem integrar as demais políticas públicas de saúde, de acordo com os princípios e as diretrizes do SUS, devendo compor todas as redes de atenção à saúde, nos diversos níveis de complexidade, com a finalidade de garantir a integralidade da atenção à saúde. O Parecer do Relator, Paulo Teixeira (PT/SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica

legislativa deste, do Projeto de Lei nº 6.836/2017, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.



## Atualização da lei para mudança de sobrenome após casamento



*Deputada Tabata Amaral*

O Projeto de Lei nº 6785/2016, de autoria do Deputado Alessandro Molon (REDE/RJ), altera a o § 1º do art. 2º da Lei nº 7.116 de 1983, para garantir isonomia entre homens e mulheres quando da solicitação de Carteira de Identidade. Em sua justificção, alega o autor que desde a alteração do Código Civil, em 2002, homens podem, ao se casar,

acrescentar o sobrenome da mulher ao seu nome. O Parecer da Relatora, Deputada Tabata Amaral (PSB/SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.



## Política de apoio a emprego de pessoas com deficiência

O Projeto de Lei nº 11263/2018, do Deputado Carlos Henrique Gaguim (DEMOCRATAS/TO), adiciona um artigo à Lei no 13.146, de 2015, que “Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para dispor sobre a Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego. A proposta pretende instituir um novo artigo, para empresas com 100 (cem) ou mais trabalhadores, a obrigatoriedade da promoção da Semana de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Trabalho e no Emprego, segundo termos de



*Deputado João Campos*

regulamento. Os objetivos seriam: implementar a contratação de pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/91, identificar funções que possam ser exercidas por trabalhadores com deficiência, identificar trabalhadores com deficiência, habilitados e à procura de trabalho ou emprego, e conscientizar os empregadores, os trabalhadores e a sociedade sobre as habilidades e contribuições das pessoas com deficiência no trabalho e no emprego. O Parecer do Relator, Deputado João Campos (REPUBLICANOS/GO), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste e dos Projetos de Lei nºs 2.177/2019 e 2.190/2019, apensados; do Substitutivo da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência; do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, com subemenda; e da Emenda apresentada nesta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.



## Proposta que proíbe incluir nome de novo cônjuge em registro de divórcio



*Deputado Marcelo Moraes*

O Projeto de Lei nº 399/2020, de autoria do Deputado Paulo Bengtson (PTB/PA), visa disciplinar o conteúdo e os limites da anotação relativa a um novo registro de casamento nos assentos dos casamentos anteriores. A proposta pretende estabelecer que os registradores civis das pessoas naturais deverão, ao anotarem o novo casamento à margem dos assentos dos casamentos anteriores, lançar a data do registro, o livro, a folha, o número do termo e o serviço registral em que foi lavrado o registro do matrimônio. Ao lado disso, é previsto no texto da aludida iniciativa legislativa que será vedada a inclusão, mediante a anotação de novo casamento, do nome do novo cônjuge nos assentos dos casamentos anteriores do consorte antes

divorciado. O Parecer do Relator, Deputado Marcelo Moraes (PL/RS), pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.



## Tratamento isonômico às profissões de geólogo e engenheiro geólogo

O Projeto de Lei nº 435/2021, de autoria do Reinhold Stephanes Junior (PSD/PR), determina que os diplomados em Geologia ou Engenharia geológica sejam considerados engenheiros, podendo, inclusive, apostilar seu título perante o respectivo Conselho Regional de Engenharia e agronomia, e por ele ter expedida carteira profissional. Em sua justificção, o autor lembra que a formação de geólogo no Brasil é relativamente recente e defende que os termos geólogo e engenheiro geólogo referem-se a uma única profissão. O Parecer do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), foi pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.



*Deputado Darci de Matos*



## Ações contra hepatites virais no Julho Amarelo

O Projeto de Lei nº 3765/2020, do Deputado Alexandre Padilha - PT/SP, modifica a Lei nº 13.802, de 10 de janeiro de 2019, para tratar das ações desenvolvidas durante as atividades do julho amarelo. Na justificação, o Parlamentar informa que recebeu a proposta de aperfeiçoamento de instituições que atuam no enfrentamento das hepatites virais, que são preveníveis com vacinação e cujo diagnóstico precoce é por demais relevante. O Parecer do Relator, Deputado Paulo Teixeira (PT/SP), foi pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com emenda.



*Deputado Paulo Teixeira*



### Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 46/2022 CCJC	Efraim Filho UNIÃO/PB	Requer Aditamento ao Requerimento nº 32/2022, para inclusão de palestrante para a Audiência Pública, destinada ao debate sobre o Projeto de Lei nº 3293, de 2021.

## 09 de Novembro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**57**  
Parlamentares  
presentes



**33**  
Itens  
na pauta



O colegiado da Comissão de Constituição Justiça e de Cidadania aprovou, na reunião de 09 de novembro de 2022, quatro emendas de apropriação ao projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023 – PLN 32/2022. As emendas aprovadas destinam verbas para os seguintes órgãos: Departamento de Polícia Rodoviária Federal para o

programa de Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento no Valor de R\$ 205.000.000 (duzentos e cinco milhões de reais); Ministério da Defesa para a ação de Adequação da Infraestrutura dos Pelotões Especiais de Fronteira da Região Calha Norte no valor de R\$ 330.000.000 (trezentos e trinta milhões de reais); Ministério do Desenvolvimento Regional para o programa Moradia Digna no valor R\$ 3.200.000.000 (três bilhões e duzentos milhões de reais) e Ministério da Cidadania para o programa de Promoção de Cidadania por meio do Auxílio Brasil e da Articulação de Políticas Pública no valor de: R\$ 5.800.000.000 (cinco bilhões e oitocentos milhões). Vejam abaixo relação das emendas aprovadas:



### EMENDA Nº 1

Unidade Orçamentária: 52101 - Ministério Da Defesa; Ação: 2452 - Adequação Da Infraestrutura Dos Pelotões Especiais De Fronteira Da Região Calha Norte. Subtítulo: Na Região Norte; Valor: R\$ 330.000.000 (oriunda da Sugestão de Emenda ao Orçamento nº 1 de autoria do General Peternelli (UNIÃO/SP)).



### EMENDA Nº 2

Unidade Orçamentária: 53101 - Ministério do Desenvolvimento Regional - Administração Direta; Programa: 2220 - Moradia Digna; Ação: 00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social - FDS (Lei n. 14.118, de 2021; Subtítulo: Nacional; Valor: R\$ 3.200.000.000" (oriunda da Sugestão de Emenda ao Orçamento nº 7, de autoria do Deputado Autor: Lucas Vergilio (SOLIDARIEDADE/GO)).



### EMENDA Nº 3

Unidade Orçamentária: 30107 - Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Programa: 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento; Ação: 154T - Construção de unidades operacionais e administrativas da PRF; Subtítulo: Nacional; Valor: R\$ 205.000.000" (oriunda da Sugestão de Emenda ao Orçamento nº 13, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA)).



### EMENDA Nº 4

Unidade Orçamentária: 55101 - Ministério da Cidadania - Administração Direta; Programa: 5035 - Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas; Ação: 21DP - Transferência de Renda Relativa aos Benefícios e Auxílios do Programa Auxílio Brasil (Lei n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021); Subtítulo: Nacional; Valor: R\$ 5.800.000.000" (oriunda da Sugestão de Emenda ao Orçamento nº 16, de autoria da Deputada Tabata Amaral (PSB/SP)).



## Proposta que muda sistema tributário

A Proposta de Emenda à Constituição nº128/2019 do Deputado Luis Miranda (DEMOCRATAS/DF) promove mudanças no sistema tributário brasileiro com o objetivo de reduzir a participação dos impostos sobre o consumo e aumentar a tributação sobre a renda e lucros. O Relator Deputado Darci de Matos (PSD/SC), ressaltou que a PEC dará subsídio para os debates sobre reforma tributária no próximo governo, sendo que o parecer foi pela admissibilidade da matéria.



*Deputado Darci de Matos*



### Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 47/2022 CCJC	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Requer o aditamento do Requerimento nº 32/2022 para inclusão de palestrante para a Audiência Pública, destinada ao debate sobre o Projeto de Lei nº3293, de 2021.

## 22 de Novembro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**48**  
Parlamentares  
presentes



**18**  
Itens  
na pauta



### Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 49/2022 CCJC	Hugo Leal PSD/RJ	Requer o aditamento do Requerimento nº 32/2022 para inclusão de convidado para a Audiência Pública destinada ao debate sobre o Projeto de Lei nº 3.293, de 2021.

23 de Novembro



Assista ao vídeo da Reunião



69  
Parlamentares  
presentes



18  
Itens  
na pauta





## Redução da contribuição dos Municípios para a seguridade social



Deputado Rodrigo de Castro

A Comissão aprovou a admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2022, que altera o § 9º do art. 195 da Constituição Federal, para reduzir pela metade a alíquota das contribuições sociais de que trata o inciso I, quando se tratar de municípios. O texto reduz pela metade contribuições que financiam a seguridade social e que devem ser pagas pelo empregador, a empresa ou a entidade a ela equiparada na forma da lei – que incidem sobre a folha de salários, a receita ou faturamento e o lucro – deverão ser cortadas pela metade quando se tratar de municípios. A votação na CCJ foi acompanhada por prefeitos que reivindicavam a aprovação do texto, que foi obtida sem obter a unanimidade entre os parlamentares. Relator da PEC, o Deputado Rodrigo de Castro (UNIÃO/MG) defendeu que o texto busca ajudar as cidades brasileiras a investir em outras áreas. “Nós

assistimos hoje a um verdadeiro estrangulamento dos municípios, cada vez mais atribuições, mais gastos, e menos condições de fazê-los. Vai facilitar muito para que os municípios possam cumprir as suas obrigações de educação, saúde, infraestrutura, enfim, para que eles possam administrar melhor as suas obrigações”, argumentou.



### Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 52/2022 CCJC	Paulo Teixeira PT/SP	Requer o aditamento do Requerimento nº 32/2022 para inclusão de convidado para a Audiência Pública destinada ao debate sobre o Projeto de Lei nº 3293, de 2021.

## 30 de Novembro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**81**  
Parlamentares  
presentes



**30**  
Itens  
na pauta



## Redução de imposto na exportação de suco de laranja



Deputado Pedro Lupion

O Projeto de Decreto Legislativo nº 355/20, do Deputado Alceu Moreira (MDB/RS), que susta solução de consulta interna da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) da Receita Federal do Brasil, a qual trata do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica aplicável a operações de exportação de suco de laranja. A decisão da Receita teria por objetivo evitar o subfaturamento nas exportações e a transferência artificial de lucros para o exterior. O relator, Deputado Pedro Lupion (PP/PR), apresentou parecer pela aprovação do texto.



## Justiça Militar decide sobre perda de cargo de militares condenados



Deputado Cássio Andrade



Deputado Subtenente Gonzaga

O projeto de Lei nº 3.634/2019, do Deputado Cássio Andrade (PSB/PA), que altera o Código Penal Militar para dispor sobre a perda de patente ou exclusão de militar autor de violência doméstica. A proposta insere, no Código Penal Militar, o crime de feminicídio, com pena de reclusão de 15 a 30 anos. O texto também estabelece que a demissão de militares após a condenação penal fique condicionada à decisão de tribunal militar. O relator, Deputado Subtenente Gonzaga (PSD/MG) apresentou parecer pela aprovação do texto.

### Requerimentos

Requerimento	Autor/Partido	Ementa
REQ 55/2022 CCJC	Arthur Oliveira Maia Presidente CCJC	Requer a publicação “Relatório Anual de Atividades da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania”, referente ao ano legislativo de 2022.



**DEZEMBRO**



01 de Dezembro

Assista ao  
vídeo da  
Reunião42  
Parlamentares  
presentes104  
Itens  
na pauta

## Acordos Internacionais Aprovados

PDL – Acordo Internacional	Deputado Relator/Partido	Ementa
PDL 776/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Romênia sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, assinado em Brasília, em 13 de junho de 2017.
PDL 928/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Texto Do Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul, aprovado pela Decisão CMC nº 37/17, assinado em Brasília, em 21 de dezembro de 2017".
PDL 930/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República do Peru para Facilitação do Trânsito de Veículos de uso Particular, assinado em Lima, em 11 de dezembro de 2009.
PDL 1101/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo/Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos Sobre Cooperação em Matéria de Defesa, celebrado em Brasília, em 13 de junho de 2019.
PDL 1128/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto modificado do Convênio Constitutivo do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata.
PDL 1130/2021	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul Acerca de Coproduções Audiovisuais, celebrado em Brasília, em 13 de setembro de 2018.
PDL 160/2022	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Protocolo sobre Transferência de Pessoas Sujeitas a Regimes Especiais (Complementar ao Acordo sobre Transferência de Pessoas Condenadas entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia e a República do Chile), celebrado em Assunção, em 20 de junho de 2005.

<b>PDL – Acordo Internacional</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PDL 161/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto da Convenção entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai para Eliminar a Dupla Tributação em Relação aos Tributos sobre a Renda e sobre o Capital e Prevenir a Evasão e a Elisão Fiscais, assinado em Brasília, em 7 de junho de 2019.
<b>PDL 162/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto da Decisão do Conselho do Mercado Comum nº 07/2019, aprovada em Santa Fé, em 16 de julho de 2019".
<b>PDL 164/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo sobre Facilitação do Comércio do MERCOSUL, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019".
<b>PDL 165/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo para a Proteção Mútua das Indicações Geográficas Originárias nos Territórios dos Estados Partes do MERCOSUL, assinado em Bento Gonçalves, em 5 de dezembro de 2019".
<b>PDL 168/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Acordo Sobre Mecanismo de Cooperação entre os Estados Partes do Mercosul e Estados Associados, firmado em Santa Fé, República Argentina, em 16 de junho de 2019".
<b>PDL 169/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Aprova o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao "Acordo de Complementação Econômica entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia", assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23 de julho de 2018".

07 de Dezembro



Assista ao vídeo da Reunião



84  
Parlamentares  
presentes



30  
Itens  
na pauta





## Inclui o nome de João Goulart no Livro dos Heróis da Pátria



*Deputado Afonso Motta*

O Projeto de Lei nº 1.906/15, de autoria do Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), que inscreve o nome do ex-presidente João Belchior Marques Goulart, o Jango, no Livro dos Heróis da Pátria, que fica guardado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília. A proposta, recebeu parecer favorável do relator, Deputado Afonso Motta (PDT/RS).



## Criação de Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História nas escolas

O Projeto de Lei nº 557/2020, de autoria da Deputada Tabata Amaral (PDT/SP), instituiu a realização, em caráter anual, da "Semana de Valorização de Mulheres que Fizeram História" no âmbito das escolas de educação básica do País. De acordo com o texto, a campanha deverá ser realizada anualmente na segunda semana do mês de março. O Relator, Deputado Tadeu Alencar (PSB/PE), apresentou parecer pela aprovação de substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.



*Deputado Tadeu Alencar*



## Homenagem a ex-Deputado em nome de ponte no Ceará



*Deputado Pompeo de Mattos*

Justiça e no Conselho Federal de Comércio Exterior. A proposta recebeu parecer favorável do relator, Deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS).

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4222/20, do Deputado Eduardo Bismarck (PDT/CE), que dá o nome de Deputado Ernesto Gurgel Valente à ponte sobre o Rio Jaguaribe, na BR-304, ao lado da Ponte Juscelino Kubitschek, no município de Aracati (CE). Ernesto Gurgel Valente (1913-2002) nasceu em Aracati, foi Deputado federal por dois mandatos (1967 a 1971 e 1975 a 1979). Também ocupou cargos como secretário de Estado e Deputado estadual, além de postos no Ministério da



## Regulamentação da produção de bioinsumos agrícolas

O Projeto de Lei Nº 658/2021, de autoria do Deputado Zé Vitor (PL/MG), regulamenta a produção, a comercialização e o uso de bioinsumos agrícolas no Brasil. Bioinsumos são organismos vivos, como bactérias, insetos ou plantas, usados para melhorar a fertilidade do solo ou para o controle de pragas e doenças nas lavouras, em substituição ou complementação ao uso dos defensivos químicos tradicionais (agrotóxicos). O relator da proposta, Deputado Diego Garcia (REPUBLICANOS/PR), recomendou a aprovação de substitutivo da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural.



*Deputado Diego Garcia*

## 13 de Dezembro



Assista ao vídeo da Reunião



**71**  
Parlamentares presentes



**35**  
Itens na pauta





## Novas regras para escolha de dirigentes do Cade



Deputado Kim Kataguri

O Projeto de Lei nº 4.323/2019, de autoria do Deputado Eduardo Cury (PSDB/SP), modifica a Lei de Defesa da Concorrência, aproveitando diversas regras da Lei Geral das Agências Reguladoras ao alterar as regras para a escolha dos integrantes do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). O Relator, Deputado Kim Kataguri (UNIÃO/SP), apresentou parecer pela aprovação de substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços e subemenda corrigindo falhas de redação. O Cade é uma

autarquia federal, vinculada ao Ministério da Justiça, que tem como missão zelar pela livre concorrência no mercado, sendo a entidade responsável por investigar e decidir sobre a matéria concorrência. O texto aprovado reduz dos atuais 7 para 5 o número de conselheiros do Cade.

## 14 de Dezembro



Assista ao  
vídeo da  
Reunião



**83**  
Parlamentares  
presentes



**33**  
Itens  
na pauta



### Consulta nº 1/2022

Consulta da Presidência da Câmara dos Deputados à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania sobre a possibilidade de Deputado Federal acumular cargo de Presidente do Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Minas Gerais - COREN/MG. Por processo simbólico, a Comissão opinou no sentido de que é compatível o exercício concomitante da atividade de Presidente do Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais (COREN-MG) com o mandato parlamentar, nos termos do parecer com Complementação de Voto do relator, Deputado Fábio Trad, à Consulta nº 1/2022.



*Deputado Fábio Trad*



## Reciprocidade como princípio nas relações internacionais do Brasil



*Deputado Arthur Oliveira Maia*

A Proposta de Emenda à Constituição nº 264/2016, de autoria do Deputado Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA), acrescenta o inciso XI ao Artigo 4º da Constituição Federal, incluindo no texto constitucional a reciprocidade entre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil. A alteração se deve à importância do princípio da reciprocidade para a preservação da equidade e para a garantia e defesa pronta e permanente dos atributos da soberania nas relações internacionais

do Brasil, haja vista a aplicação em situações específicas do próprio texto constitucional, além de estar presente na legislação infraconstitucional. O Parecer do Relator, Deputado Kim Kataguirí (UNIÃO/SP), pela admissibilidade da matéria, foi aprovado pela Comissão.



## Ampliação da área de atuação da Codevasf



*Deputado José Guimarães*



*Deputada Erika Kokay*

O Projeto de Lei nº 4.610/2009, de autoria do Deputado José Guimarães (PT/CE), modifica a Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000, ampliando a área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Pelo texto, a área de abrangência da Codevasf passará a abranger também o Vale do Rio Poti. Segundo maior afluente do rio Parnaíba, o Poti nasce na Serra da Joanhina (CE), segue para Crateús (CE) e continua até Teresina (PI), onde deságua no Parnaíba. O Parecer da Relatora, Deputada Erika Kokay (PT/DF), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma da Emenda da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, com emendas, foi aprovado pela Comissão.



## Metas voluntárias do Brasil contra aquecimento global



*Deputado Enrico Misasi*

O Projeto nº 3.280/2015, de autoria dos Deputados Nilto Tatto (PT/SP) e Leonardo Monteiro (PT/MG), torna obrigatórias algumas das metas voluntárias do Brasil contra o aquecimento global. A proposta tem como objetivo alterar a Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) para modificar os compromissos nacionais voluntários nas ações de mitigação das emissões de gases do efeito estufa, além de estabelecer metas para a restauração e recuperação de

áreas degradadas. O Parecer do Relator, Deputado Enrico Misasi (MDB/SP), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto e apensados, e do Substitutivo da Comissão de Minas e Energia, foi aprovado pela Comissão.



## Cadastro de inclusão da pessoa com deficiência

O Projeto de Lei nº 268/2020, da Deputada Rejane Dias (PT/PI), altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) para definir quais informações devem constar no Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Cadastro-Inclusão), que foi criado pela referida lei em 2015. O Projeto visa identificar e caracterizar socioeconomicamente as pessoas com deficiência, além de especificar quais informações mínimas devem ser coletadas para a avaliação das políticas públicas direcionadas ou incidentes sobre elas. Ademais, permite que empresas interessadas na contratação de pessoas com deficiência possam consultar dados relevantes para essa finalidade, devendo ser assegurada a confidencialidade em relação às demais informações. O Parecer da Relatora, Deputada Maria do Rosário (PT/RS), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, com Substitutivo de técnica, e da Emenda da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência, foi aprovado pela Comissão.



*Deputada Maria do Rosário*



## Regulamentação do turismo colaborativo

O Projeto de Lei nº 2.994/2020, de autoria dos Deputados Paulo Ganime (NOVO/RJ) e Adriana Ventura (NOVO/SP), modifica a Lei Geral do Turismo com o fito de regulamentar o turismo colaborativo. O turismo colaborativo é uma prática que permite ao hóspede pagar sua estada por meio da prestação de serviços no estabelecimento hoteleiro, sem configuração de vínculo empregatício. A proposta define regras para situações em que o viajante com formação, conhecimento ou habilidade em determinada área possa utilizar esses



*Deputado Gilson Marques*

recursos em troca de descontos em hotéis, pousadas e estabelecimentos similares de todo o País. O Parecer do Relator, Deputado Gilson Marques (NOVO/SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, foi aprovado pela Comissão.



## Regulamentação da profissão de sanitarista



Deputada Lídice da Mata

O Projeto de Lei nº 1.821/2021, de autoria do Deputado Alexandre Padilha (PT/SP), regulamenta a atividade profissional de sanitarista. De acordo com o texto, o exercício da profissão passará a exigir registro prévio em órgão competente do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, para se registrar, o profissional deverá apresentar documentos que comprovem a qualificação exigida ou experiência profissional na área. O Parecer da Relatora, Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, foi aprovado pela Comissão.



## Tributação de empresas de sementes



*Deputado Darci de Matos*

O Projeto de Lei nº 947/2022, do Deputado Sérgio Souza (MDB/PR) estabelece que empresas de sementes não se submeterão aos limites de dedução do lucro tributável no valor total de compra de sementes ou da licença de cultivares. A proposição busca conferir adequada aplicação das regras do imposto de renda e proventos de qualquer natureza das pessoas jurídicas, especificamente no que tange às despesas com royalties no processo de multiplicação de sementes. Em outros termos, evita-se a interpretação que limita a dedutibilidade de Imposto

de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na operação. O Parecer do Relator, Deputado Darci de Matos (PSD/SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com Substitutivo, foi aprovado pela Comissão.



## Lei de Improbidade Administrativa: informações no registro de imóveis



*Deputado Lafayette de Andrada*

O Projeto de Lei nº 1.269/2022, do Deputado Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG), assevera que o registro do imóvel deve conter informações que possam levar à invalidade de futura negociação imobiliária. É o caso da existência de hipoteca judiciária, de restrição de uso ou de processo sobre suspeita de fraude relativo ao bem. A iniciativa prevista na proposição inclui artigo na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992), de forma a resguardar o terceiro de boa-fé, pessoa que adquire o bem sem conhecimento de

situações que possam levar à ineficácia futura da transação. De acordo com a proposta, para invalidar a compra, é necessária a prévia anotação à margem de bens imóveis, da existência de situações que possam ser oponíveis à validade e eficácia de eventual negócio. O Parecer do Relator, Deputado Lafayette de Andrada (REPUBLICANOS/MG), pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, foi aprovado pela Comissão.

**PROJETOS DE DECRETOS  
LEGISLATIVOS DE SERVIÇOS DE  
RADIODIFUSÃO – TVR APROVADOS**



**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 17/05/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 774/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação Comunitária do Município de Laranjal Município de Laranjal, Estado do Paraná.
<b>PDL 905/2021</b>	Arthur Oliveira Maia UNIÃO/BA	Associação Comunitária de Abaíra Município de Abaíra, Estado da Bahia.
<b>PDL 1.066/2021</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Comunitária Cultural Itapoã Município de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 1.067/202</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação Amigos de Pinhais Município de Pinhais, Estado do Paraná.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 09/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 300/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação Técnico Educacional Equipe Município de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 374/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor / GO Município de Ouvidor, Estado de Goiás.
<b>PDL 401/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 441/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Cultural Aracanguaense de Difusão Município de Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo".
<b>PDL 514/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 516/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Mariana Município de Mariana, Estado de Minas Gerais".

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 09/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 569/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul. Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás".
<b>PDL 635/2021</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM Município de Aripuanã, Estado do Mato Grosso".
<b>PDL 637/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Cultural Comunitária de Itapagipe Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 642/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Beneficente Cultural Comunitária Pereira Barreto Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo".
<b>PDL 767/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação de Comunicação e Cultura de Bom Jardim de Goiás Município de Bom Jardim de Goiás, Estado de Goiás".
<b>PDL 793/2021</b>	Alencar Santana PT/SP	Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova Município de Macatuba, Estado de São Paulo".
<b>PDL 852/2021</b>	Delegado Marcelo Freitas UNIÃO/MG	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso Município de Barroso, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 884/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Cultural Ebenezer Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás".
<b>PDL 902/2021</b>	Arthur Oliveira Maia UNIÃO/BA	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória Município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia".
<b>PDL 950/2021</b>	Alencar Santana PT/SP	Associação Comunitária de Martinópolis Município de Martinópolis, Estado de São Paulo".
<b>PDL 1000/2021</b>	Delegado Marcelo Freitas UNIÃO/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense Município de Cristina, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1002/2021</b>	Franco Cartafina PP/MG	Associação de Comunicação e Cultura Liberdade Município de Jaíba, Estado de Minas Gerais".

## Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão Aprovados em 09/06/2022

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1006/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte de Virgíópolis. Município de Virgíópolis, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1014/2021</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paulínia. Município de Paulínia, Estado de São Paulo".
<b>PDL 1019/2021</b>	Delegado Marcelo Freitas UNIÃO/MG	Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão. Município de Alvarenga, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1021/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Sociedade Amiga Pró Deficientes Carentes. Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo".
<b>PDL 1026/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação de Cultura de Brasília de Minas Município de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1056/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Posse – ADEPE. Município de Posse, Estado de Goiás".
<b>PDL 1063/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté Município de Ivaté, Estado do Paraná".
<b>PDL 1086/2021</b>	Hugo Leal PSD/RJ	Associação Comunitária Rádio São Thomé. Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro".
<b>PDL 1093/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense – ASPIA. Município de Ibiá, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1094/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence. Município de Álvares Florence, Estado de São Paulo".
<b>PDL 1096/2021</b>	Giovani Cherini PL/RS	Associação Comunitária Tupancy. Município de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul".

**Projetos de Decreto Legislativo de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 09/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1097/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel. Município de Coromandel, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1099/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Educativa de Piedade. Município de Piedade, Estado de São Paulo".
<b>PDL 1135/2021</b>	Marcelo Moraes PL/RS	Empresa de Radiodifusão Extremo Sul FM LTDA. Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul".
<b>PDL 1137/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Comunitária Amigos Vilaboense. Município de Vila Boa, Estado de Goiás".
<b>PDL 1138/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério. Município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1144/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos Município de Raposos, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1146/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Comunitária de Apoio a Mariluz – ACAM. Município de Mariluz, Estado do Paraná".
<b>PDL 1150/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Renascer de Guaimbê. Município de Guaimbê, Estado de São Paulo".
<b>PDL 128/2022</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Educativa e Cultural de Itabira MG. Município de Itabira, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 133/2022</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão. Município de Perdigão, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 134/2022</b>	Felipe Carreras PSB/PE	Fundação Pedro Tavares Maia. Município Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco".

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 22/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 402/2021</b>	Eduardo Bismarck PDT/CE	Rádio Comunitária Nativa FM de Tabuleiro do Norte. Município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.
<b>PDL 1045/2021</b>	Franco Cartafina PP/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social. Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 143/2022</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação Mensageiros da Paz de Iepê. Município de Iepê, Estado de São Paulo.
<b>PDL 144/2022</b>	Paulo Abi/Ackel PSDB/MG	Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente. Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 146/2022</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga / SP Município de Restinga, Estado de São Paulo.
<b>PDL 150/2022</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati. Município de Cajati, Estado de São Paulo.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 07/07/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 636/2021</b>	Delegado Waldir UNIÃO/GO	Associação Cultural e Científica Joseline Pereira de Oliveira Município de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.
<b>PDL 1035/2021</b>	Delegado Pablo UNIÃO/AM	Associação Comunitária de Rádio Comunicações Vale do Rio Jari Município de Laranjal do Jari, Estado do Amapá.
<b>PDL 1098/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação Comunitária Nova Bassano Município de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 132/2022</b>	Cássio Andrade PSB/PA	Associação Comunitária Miriti FM - ACMF (MIRIT) Município de Abaetetuba, Estado do Pará.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 07/07/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 275/2022</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida" - Teodoro Sampaio-SP Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 04/08/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 314/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária dos Moradores de Cachoeira Dourada - GO e Distritos. Município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás.
<b>PDL 442/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária Liberdade Acreunense. Município de Acreúna, Estado de Goiás.
<b>PDL 578/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária e Cultural Juventina Maria de Mendonça. Município de Sanclerlândia, Estado de Goiás.
<b>PDL 639/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Cultural e Ambiental de Formosa – ASCAF. Município de Formosa, Estado de Goiás.
<b>PDL 747/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária Jabuticabal de Município de Hidrolândia, Estado de Goiás.
<b>PDL 840/2021</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha. Município de Ariranha, Estado de São Paulo.
<b>PDL 957/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária de Itapirapuã. Município de Itapirapuã, Estado de Goiás.
<b>PDL 999/2021</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária de Comunicação de Paranaiguara. Município de Paranaiguara, Estado de Goiás.
<b>PDL 1018/2021</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade. Município de General Salgado, Estado de São Paulo.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 04/08/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1022/2021</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação de Integração São Manuel. Município de São Manuel, Estado de São Paulo.
<b>PDL 191/2022</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense. Município de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 195/2022</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti – ACODECAJ. Município de Juti, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 196/2022</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo. Município de Ribas do Rio Pardo, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 198/2022</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Cultural do Município de Jandaia. Município de Jandaia, Estado de Goiás.
<b>PDL 202/2022</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão – ACB. Município de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 239/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C. Município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo
<b>PDL 251/2022</b>	Lucas Vergilio SOLIDARIEDADE/GO	Associação Comunitária Independente Pro-Melhoramento de Nova Fátima. Município de Hidrolândia, Estado de Goiás.
<b>PDL 277/2022</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Comunitária Rádio FM Cláudia. Município de Cláudia, Estado do Mato Grosso.

## Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão Aprovados em 01/12/2022

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 239/2021</b>	Margarete Coelho PP/PI	Associação Rádio Comunitária Liberdade FM. Município de Uruçuí, Estado do Piauí".
<b>PDL 350/2021</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Comunitária Martinho Prado Júnior. Município de Mogi Guaçu, Estado de São Paulo".
<b>PDL 388/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Educação Ambiental de Fartura Município de Fartura, Estado de São Paulo.
<b>PDL 417/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária Educativa e Cultural Rádio Sucesso FM de Mário Campos. Município de Mário Campos, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 460/2021</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz. Município de Santa Cruz das Palmeiras, Estado de São Paulo.
<b>PDL 461/2021</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Comunitária para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Guaratinguetá. Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.
<b>PDL 466/2021</b>	Margarete Coelho PP/PI	Associação de Radiodifusão Comunitária. Município de União, Estado do Piauí.
<b>PDL 481/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária dos Melos. Município de Lagoa Dourada, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 492/2021</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Comunitária de Comunicação de Porto Estrela. Município de Porto Estrela, Estado do Mato Grosso.
<b>PDL 496/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária Educativa Coronel Murtense. Município de Coronel Murta, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 513/2021</b>	Patrus Ananias PT/MG	Associação dos Moradores das Ruas e Bairros de Piracema. Município de Piracema, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 547/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Rádio Comunitária Nova Lima FM. Município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 562/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária Manguense de Cultura e Arte. Município de Manga, Estado de Minas Gerais.

## Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão Aprovados em 01/12/2022

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 683/2021</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação da Rádio Comunitária de Cotriguaçu. Município de Cotriguaçu, Estado do Mato Grosso".
<b>PDL 686/2021</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa FM de Paranatinga. Município de Paranatinga, Estado do Mato Grosso.
<b>PDL 751/2021</b>	Patrus Ananias PT/MG	Associação Comunitária Cultural de Tocantins. Município de Tocantins, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 798/2021</b>	Patrus Ananias PT/MG	Associação dos Movimentos Populares de Diamantina – AMPODI. Município de Diamantina, Estado de Minas Gerai.
<b>PDL 800/2021</b>	Margarete Coelho PP/PI	Associação Comunitária de Radiodifusão de Bom Princípio do Piauí. Município de Bom Princípio do Piauí, Estado do Piauí.
<b>PDL 801/2021</b>	Margarete Coelho PP/PI	Associação Comunitária de Rádio de Pio IX Município de Pio IX, Estado do Piauí.
<b>PDL 804/2021</b>	Patrus Ananias PT/MG	Associação Comunitária, Beneficente, Artística e Cultural Guaraniense de Rádio e TV. Município de Guarani, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 837/2021</b>	Marcelo Aro PP/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico, Educacional e Cultural de Resende Costa. Município de Resende Costa, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 842/2021</b>	Patrus Ananias PT/MG	Associação Comunitária Beneficente Mantiqueira – ASCOBEM. Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 854/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Cultural e de Promoção Social Casimiro Mikucki. Município de Ribeirão Bonito, Estado de São Paulo.
<b>PDL 856/2021</b>	Aluisio Mendes REPUBLICANOS/MA	Associação Progressista de Radiodifusão Comunitária Sonora de Igarapé do Meio. Município de Igarapé do Meio, Estado do Maranhão.

## Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão Aprovados em 01/12/2022

PDL – Serviço de radiodifusão	Deputado Relator/Partido	Outorgado/Localidade
PDL 876/2021	Rubens Pereira Júnior PT/MA	Associação da Rádio Comunitária FM Rio. Município de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão.
PDL 877/2021	Rubens Pereira Júnior PT/MA	Associação de Desenvolvimento Comunitário de Anapurus. Município de Anapurus, Estado do Maranhão.
PDL 882/2021	Rubens Pereira Júnior PT/MA	Associação Comunitária de Radiodifusão Associadas em FM da Cidade de Cururupu Estado do Maranhão. Município de Cururupu, Estado do Maranhão.
PDL 895/2021	Aluisio Mendes REPUBLICANOS/MA	Associação Cultural, Comunitária e Recreativa de São Benedito do Rio Preto. Município de São Benedito do Rio Preto, Estado do Maranhão.
PDL 897/2021	Aluisio Mendes REPUBLICANOS/MA	Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo. Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão.
PDL 901/2021	Juarez Costa MDB/MT	Associação Vale Teles Pires de Comunicação serviço de radiodifusão comunitária. Município de Sinop, Estado do Mato Grosso.
PDL 994/2021	Marcelo Aro PP/MG	Associação Cultural e Artística "Joaquim Pereira Cruz. Município de Conquista, Estado de Minas Gerais.
PDL 1001/2021	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Local de Obras Assistenciais. Município de Ferraz de Vasconcelos, Estado de São Paulo.
PDL 1003/2021	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Rádio Comunitária Ilha FM. Município de Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo.
PDL 1.004/2021	Patrus Ananias PT/MG	Serviço de Assistência Social – SAS. Município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais.
PDL 1008/2021	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária Seara – ACS. Município de Várzea da Palma, Estado de Minas Gerais.
PDL 1010/2021	Paulo Teixeira PT/SP	Associação Comunitária Flor do Panema. Município de Capão Bonito, Estado de São Paulo".

## Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão Aprovados em 01/12/2022

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1028/2021</b>	Patrus Ananias PT/MG	Associação Comunitária de Comunicação de Monte Carmelo. Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1042/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Integração Vale do Jaguari. Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 1046/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação Rádio Comunitária Nova Trento. Município de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 1060/2021</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Comunitária Rádio FM de Nova Olímpia. Município de Nova Olímpia, Estado do Mato Grosso.
<b>PDL 1140/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação Comunitária Cultural Pinheirinho do Vale. Município de Pinheirinho do Vale, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 197/2022</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Comunitária Terra de Getulina. Município de Getulina, Estado de São Paulo.
<b>PDL 200/2022</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Comunitária de Apoio às Entidades de Bocaína. Município de Bocaína, Estado de São Paulo.
<b>PDL 201/2022</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Tabapuã Município de Tabapuã, Estado de São Paulo.
<b>PDL 203/2022</b>	Alexandre Leite UNIÃO/SP	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico Amiga de Registro. Município de Registro, Estado de São Paulo.
<b>PDL 205/2022</b>	Kim Kataguirí UNIÃO/SP	Associação Cultural Comunitária Joanopolense. Município de Joanópolis, Estado de São Paulo.
<b>PDL 219/2022</b>	Margarete Coelho PP/PI	Associação de Radiodifusão Comunitária do Parque Piauí. Município de Teresina, Estado do Piauí.
<b>PDL 220/2022</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Cultural e Educadora de Radiodifusão de Morro Agudo. Município de Morro Agudo, Estado de São Paulo.
<b>PDL 221/2022</b>	Efraim Filho UNIÃO/PB	Fundação Rimidia Gayoso de Sousa. Município de Santa Teresinha, Estado da Paraíba.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão  
Aprovados em 01/12/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 231/2022</b>	Kim Kataguirí UNIÃO/SP	Associação Movimento Rádio Comunitária Paixão FM. Município de Pardinho, Estado de São Paulo".
<b>PDL 236/2022</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Cultural e Comunitária de Jandaia do Sul. Município de Jandaia do Sul, Estado do Paraná.
<b>PDL 247/2022</b>	Efraim Filho UNIÃO/PB	Associação de Comunicação e Cultura em Barra de Cima. Município de São Bento, Estado da Paraíba".
<b>PDL 276/2022</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê. Município de Goioerê, Estado do Paraná.
<b>PDL 279/2022</b>	Kim Kataguirí UNIÃO/SP	Associação Rádio FM Comunitária Tropical. Município de Votorantim, Estado de São Paulo".
<b>PDL 281/2022</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mamborê. Município de Mamborê, Estado do Paraná.
<b>PDL 283/2022</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Comunitária de Desenvolvimento Ecológico e Cultural. Município de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná".

**REDAÇÕES FINAIS  
APROVADAS**



**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 03/05/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 437/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Rádio Comunitária de Sertanópolis. Município de Sertanópolis, Estado do Paraná.
<b>PDL 541/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Lindoeste. Município de Lindoeste, Estado do Paraná.
<b>PDL 669/2021</b>	Aluisio Mendes PSC/MA	Associação Comunitária Cidade – Ascidade. Município de Tasso Fragoso, Estado do Maranhão.
<b>PDL 762/2021</b>	Lincoln Portela PL/MG	Associação Comunitária Cultural Carmelitana. Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 766/2021</b>	Marcelo Aro PP/MG	Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão. Município de Rio Novo, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 787/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Cultural e Ecológica Vale do Sol. Município de Cândido Abreu, Estado do Paraná.
<b>PDL 814/2021</b>	Lincoln Portela PL/MG	Associação Cultural Religiosa e Recreativa de Itanhomi. Município de Itanhomi, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 839/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Cultural e Artística de Tapira. Município de Tapira, Estado do Paraná.
<b>PDL 865/2021</b>	Lincoln Portela PL/MG	Associação Cultural de Santa Margarida. Município de Santa Margarida, Estado de Minas Gerais.

**Projetos de Lei  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 03/05/2022**

<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 9428/2017</b>	Marcelo Aro PP/MG	Institui o "Dia Nacional da Informação, Capacitação e Pesquisa sobre Doenças Raras".
<b>PL 10777/2018</b>	Bia Kicis PL/DF	Cria o Calendário Turístico Oficial do Brasil.

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 03/05/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 1937/2019</b>	Bia Kicis PL/DF	Inscribe o nome de Zilda Arns Neumann no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
<b>PL 2365/2019</b>	Fábio Trad PSD/MG	Altera a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, para vedar a redução equitativa de honorários sucumbenciais quando a causa possuir valor líquido ou liquidável, e dá outras providências.
<b>PL 5466/2019</b>	Maria do Rosário (PT/RS)	Institui o Dia dos Povos Indígenas".
<b>PL 292/2020</b>	Darci de Matos PSD/SC	Altera os limites do Parque Nacional da Serra do Itajaí, localizado no Município de Botuverá, Estado de Santa Catarina.
<b>PL 521/2020</b>	Bia Kicis PL/DF	Dispõe sobre os efeitos da renúncia na sucessão hereditária e, para tanto, acrescenta parágrafo único ao art. 1.810 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências.
<b>PL 2776/2020</b>	Bia Kicis PL/DF	Desafeta áreas da Floresta Nacional de Brasília.
<b>PL 940/2021</b>	Bia Kicis PL/DF	Institui o dia 5 de maio como o Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular.
<b>PL 1293/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Dispõe sobre os programas de autocontrole dos agentes privados regulados pela defesa agropecuária e sobre a organização e os procedimentos aplicados pela defesa agropecuária aos agentes das cadeias produtivas do setor agropecuário, institui o Programa de Incentivo à Conformidade em Defesa Agropecuária e a Comissão Especial de Recursos da Defesa Agropecuária, e revoga os dispositivos das leis aplicadas à defesa agropecuária que estabelecem penalidades e sanções.
<b>PL 2994/2021</b>	João campos REPUBLICANOS/GO	Institui o Dia Nacional da Força Jovem Universal

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 10/05/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 447/2019</b>	Capitão Augusto PL/SP	TV Stúdios de Ribeirão Preto Ltda. Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
<b>PDL 283/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação Comunitária Lagoense. Município de Lagoa Vermelha, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 355/2021</b>	Félix Mendonça Júnior PDT/BA	Associação Cultural Comunitária Rádio Livre. Município de Ipiaú, Estado da Bahia.
<b>PDL 409/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação Comunitária Shalom. Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 451/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday Município de Uruguaiana, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 463/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Cultural Comunitária de Araújos - ACCA Município de Araújos, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 495/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação de Moradores do Bairro Rosário. Município de Nazareno, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 498/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação Cultural e Comunitária Rádio do Povo. Município de Coronel Bicaco, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 499/2021</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico Amigos da Cidade de Jacarezinho. Município de Jacarezinho, Estado do Paraná.
<b>PDL 503/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária Rosa de Saron – ACRS. Município de Felixlândia, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 531/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Centro Social Educacional e Cultural de Rio Preto – MG. Município de Rio Preto, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 537/2021</b>	Giovani Cherini PL/RS	Associação Comunitária Clóvis. Município de Antônio Prado, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 581/2021</b>	Gilson Marques NOVO/SC	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Ibiúna. Município de Ibiúna, Estado de São Paulo.

<b>PDL 634/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação de Radiodifusão Comunitária de Ivaiporã de radiodifusão comunitária. Município de Ivaiporã, Estado do Paraná.
<b>PDL 658/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Fundação de Ação Cultural Educacional e Social de Panambi. Município de Panambi, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 661/2021</b>	Giovani Cherini PL/RS	Associação Comunitária Farol do Saber Município de Restinga Seca, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 668/2021</b>	Giovani Cherini PL/RS	Associação Comunitária Dom Zigmund Felinski para o Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico. Município de Guarani das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 678/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Sociedade de Ação Comunitária Canaã. Município de Três Marias, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 687/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária de Japonvar. Município de Japonvar, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 690/2021</b>	Fernanda Melchionna PSOL/RS	Associação Arauto Cultural de Boqueirão do Leão. Município de Boqueirão do Leão, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 712/2021</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Associação dos Moradores da Vila Gavioli de Ribeirão Claro. Município de Ribeirão Claro, Estado do Paraná.
<b>PDL 720/2021</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Associação Comunitária Cultural 03 de Novembro. Município de Quatro Pontes, Estado do Paraná.
<b>PDL 724/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Fontoura Xavier. Município de Fontoura Xavier, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 728/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação Comunitária de Radiodifusão Caravaggio. Município de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 732/2021</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé. Município de Itaguajé, Estado do Paraná.
<b>PDL 738/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação Rádio Comunitária de Manari – PE. Município de Manari, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 748/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação Comunitária Nossa Senhora da Penha. Município de Gameleira, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 750/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Associação Comunitária Radiodifusão Sintonia Carmo de Minas FM. Município de Carmo de Minas, Estado de Minas Gerais.

<b>PDL 754/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão de Salinas. Município de Salinas, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 755/2021</b>	Gilson Marques NOVO/SC	Associação Comunitária e Cultural Santa Cruz de Canoinhas Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina.
<b>PDL 758/2021</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Conselho Comunitário de Desenvolvimento Social Educacional e Econômico de Mauá. Município de Mauá da Serra, Estado do Paraná.
<b>PDL 768/2021</b>	Chico D'Angelo PDT/RJ	Associação Comunitária Cantagalense de Radiodifusão. Município de Três Rios, Estado do Rio de Janeiro.
<b>PDL 769/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Associação Comunitária dos Radiodifusores e Movimento Popular de Rádio Comunitária de Pedro Leopoldo. Município de Pedro Leopoldo, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 770/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária Alternativa. Município de São Lourenço, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 772/2021</b>	Chico D'Angelo PDT/RJ	Rádio Mundo Jovem S/S Ltda. Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
<b>PDL 783/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Popular Passaquatrense Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural. Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 785/2021</b>	Léo Moraes PODE/RO	ACOVERMA - Associação Comunitária Verdes Matas. Município de São Miguel do Guaporé, Estado de Rondônia.
<b>PDL 786/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação de Radiodifusão Comunitária de Caxias do Sul. Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 10/05/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 788/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação Cultural Rádio Comunitária-ACRC. Município de São José do Belmonte, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 790/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Dr. José Baptista Filho Município de Nova Era, Estado de Minas Gerais.

<b>PDL 791/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária dos Moradores de Juruáia. Município de Juruáia, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 802/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação dos Moradores da Comunidade São Francisco de Assis da Pirauíra. Município de Limoeiro, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 805/2021</b>	Giovanni Cherini PL/RS	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM. Município de Constantina, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 808/2021</b>	Fernanda Melchionna PSOL/RS	Sociedade Hervalense de Artes e Recreação. Município de Herval, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 810/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Nova Descoberta. Município de Petrolina, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 813/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Itaquerê de Comunicação de Nova Europa – ITA. Município de Nova Europa, Estado de São Paulo.
<b>PDL 815/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação e Movimento Comunitário Rádio Alternativa FM. Município de Agrestina, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 830/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Alto do Rio Grande. Município de Piedade do Rio Grande, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 831/2021</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Associação Cultural e Beneficente de Radiodifusão Comunitária Lapeana. Município de Lapa, Estado do Paraná.
<b>PDL 834/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Associação Comunitária Cultural Baependiana de Radiodifusão. Município de Baependi, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 836/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação de Rádio Comunitária de Varjão de Minas. Município de Varjão de Minas, Estado de Minas Gerais
<b>PDL 841/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão. Município de Manhumirim, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 845/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária de Comunicação de Colina Município de Colina, Estado de São Paulo.
<b>PDL 867/2021</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Comunitária Inocencie de Comunicação e Marketing. Município de Inocência, Estado do Mato Grosso do Sul.

<b>PDL 870/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Cultural Esportiva e Turística de Igaratá. Município de Igaratá, Estado de São Paulo.
<b>PDL 878/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação Comunitária Cultural e Comunicação Social de Orobó. Município de Orobó, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 880/2021</b>	Giovani Cherini PL/RS	Conselho Comunitário de Radiodifusão de Veranópolis. Município de Veranópolis, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 889/2021</b>	Fábio Trad PL/RS	Associação Louvores ao Rei de Integração Comunitária. Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 893/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Maria Rainha da Paz. Município de Resplendor, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 899/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Arcumb - Associação de Radiodifusão Comunitária de Umburatiba (Rádio Umburana FM). Município de Umburatiba, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 903/2021</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão. Município de Vitória de Santo Antão, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 908/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso. Município de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 910/2021</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM - AMCRC / FM. Município de Taquarussu, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 915/2021</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes-ACOPE. Município de Pedro Gomes, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 946/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação de Rádio Comunicação Comunitária Lafaiete. Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 947/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Ação Social Comunitária de Capim Branco – ASCOCAB. Município de Capim Branco, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 948/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	ADESCAR Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara. Município de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná.
<b>PDL 949/2021</b>	Lucas Redecker	Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo.

	PSDB/RS	Município de Santo Antônio das Missões, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 992/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Associação Cultural, Educativa e Desportiva de Bonfinópolis de Minas. Município de Bonfinópolis de Minas, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 995/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural de Rádio e TV de Luminárias. Município de Luminárias, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1005/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC. Município de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1009/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação do Desenvolvimento Comunitário. Município de Tenente Portela, Estado do Rio Grande do Sul.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 10/05/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1027/2021</b>	Júlio Delgado PV/MG	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Nossa Missão. Município de Passos, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1038/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Uraí Município de Uraí, Estado do Paraná.
<b>PDL 1061/2021</b>	Fernanda Melchionna PSOL/RS	Associação Comunitária Condorense Município de Condor, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 1065/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação de Comunicação Comunitária Sentinela Pampeana. Município de São Francisco de Assis, Estado do Rio Grande do Sul.

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 10/05/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 5470/2009</b>	Aureo Ribeiro SOLIDARIEDADE/RJ	Obriga as pessoas jurídicas de direito privado a fazer constar, de suas páginas da internet sua razão social, seu número no registro junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ e endereço da sede e sucursais e dá outras providências.
<b>PL 3256/2012</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Acrescenta §§ 4º e 5º ao art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), para definir o termo "situações de vulnerabilidade temporária" de que trata o caput do artigo.
<b>PL 4514/2012</b>	Fábio Trad PSD/MS	Garante a sustentação oral pelo advogado nas sessões de julgamento perante tribunal ou qualquer órgão colegiado, em instância judicial ou administrativa.
<b>PL 2317/2015</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, e a Lei nº 12.527, de 2011, para dispor sobre o acesso a informações relativas ao uso de veículos oficiais ou a serviço do poder público.
<b>PL 3720/2015</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Determina a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.
<b>PL 4363/2016</b>	Rubens Pereira Júnior PT/MA	Denomina "Desembargador Leomar Amorim", o trecho da BR 222 entre o cruzamento com a BR 135 e o município de Chapadinha.
<b>PL 5559/2016</b>	Paulo Teixeira PT/SP	Dispõe sobre os direitos dos pacientes e dá outras providências.
<b>PL 5900/2016</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Altera o art. 99, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, que institui o Código de Processo Civil.
<b>PL 9001/2017</b>	Giovani Cherini PL/RS	Autoriza a prescrição da ozonioterapia em todo o território nacional.
<b>PL 9622/2018</b>	Diego Garcia REPUBLICANOS/PR	Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 10/05/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 1077/2019</b>	Darci de Matos PSD/SC	Altera o Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, para estabelecer prazo máximo para análise de proposta de um Processo Produtivo Básico - PPB.
<b>PL 1989/2019</b>	Darci de Matos PSD/SC	Dispõe sobre a utilização das taxas de controle de incentivos fiscais (TCIF) e de serviços (TS), devidas à SUFRAMA.
<b>PL 3346/2019</b>	Orlando Silva PCdoB/SP	Altera o art. 67 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para assegurar prestação alternativa ao empregado, em virtude de escusa de consciência, quando o seu dia de guarda religioso coincidir com o dia de trabalho e dá outras providências.
<b>PL 2738/2020</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Denomina Rodovia Deputado Oscar Goldoni, o trecho da BR-463 entre os municípios de Dourados e Ponta Porã em Mato Grosso do Sul.
<b>PL 5637/2020</b>	Fernanda Melchionna PSOL/RS	Altera a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, de modo a prever sanções aos prestadores de serviços turísticos que cometerem infrações associadas à facilitação do turismo sexual.
<b>PL 90/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Estabelece regras para reunião de ações judiciais em face de demandas opressivas.
<b>PL 916/2021</b>	Alê Silva REPUBLICANOS/MG	Denomina “Estrada Senador Murilo Badaró” o trecho rodoviário da BR 367 que liga os municípios e Minas Novas/MG a Araçuaí/MG.
<b>PL 2034/2021</b>	Rubens Bueno CIDADANIA/PR	Institui o mês de agosto como Mês da Primeira Infância.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 17/05/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 676/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação da Rádio Comunitária Liberdade FM. Município de Juazeiro, Estado da Bahia.
<b>PDL 812/2021</b>	Franco Cartafina PP/MG	Associação Comunitária Batistana de Radiodifusão. Município de Oliveira, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 869/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação Cultural e Comunitária Normário Sales. Município de Jussari, Estado da Bahia.
<b>PDL 875/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação Beneficente Social de Santo Estevão. Município de Santo Estevão, Estado da Bahia".
<b>PDL 881/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação dos Amigos do Memorial do Conselheiro Pedro Batista - (AAMEPB). Município de Santa Brígida, Estado da Bahia
<b>PDL 912/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação Rádio Comunitária FM Cidade. Município de Formosa do Rio Preto, Estado da Bahia.
<b>PDL 914/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada. Município de Encruzilhada, Estado da Bahia.
<b>PDL 916/2021</b>	Zé Neto PT/BA	Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos. Município de Oliveira dos Brejinhos, Estado da Bahia.

**Projetos de Lei  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 17/05/2022**

<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 5.166/2019</b>	Patrus Ananias PT/MG	Institui o Dia Nacional do Agente de Trânsito.

<b>Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 09/06/2022</b>		
<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDC 1371/2008</b>	Darci de Matos PSD/SC	RÁDIO CRUZEIRO LTDA. Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.
<b>PDC 2166/2009</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Difusora Natureza FM Ltda. Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.
<b>PDL 997/2018</b>	Paulo Abi/Ackel PSDB/MG	Associação dos Músicos Caxienses. Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 998/2018</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago. Município de Várzea Grande, Estado do Mato Grosso".
<b>PDL 521/2021</b>	Lafayette De Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação Civil Filantrópica Asilo Vila do Sol Município de Patos de Minas, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 561/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Fundação de Assistência Social Betuel. Município de Morrinhos, Estado de Goiás".
<b>PDL 713/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	ASVIP - Associação de Desenvolvimento Comunitário do Bairro São Vicente de Paula. Município de São Gotardo, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 730/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Comunitária para Cidadania e Desenvolvimento Social de Monte Azul Paulista. Município de Monte Azul Paulista, Estado de São Paulo.
<b>PDL 736/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Associação Comunitária Beneficente e Social de Nova Floresta. Município de Jaguaribe, Estado do Ceará".
<b>PDL 739/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Guaraci. Município de Guaraci, Estado de São Paulo".
<b>PDL 765/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Rádio Comunitária Maria Rosa FM. Município de Curitibaanos, Estado de Santa Catarina".
<b>PDL 771/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Associação Comunitária de Base Vila São Francisco. Município de Laranjeiras do Sul, Estado do Paraná".

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 09/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 775/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária Beneficente de Bueno Brandão. Município de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 782/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Associação Beneficente Maria Pinto Município de Caucaia, Estado do Ceará".
<b>PDL 784/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária A Voz de São Francisco de Itabapoana. Município de São Francisco de Itabapoana, Estado do Rio de Janeiro".
<b>PDL 789/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Rádio Comunitária A Voz da Liberdade. Município de Jaboatão dos Guararapes, Estado de Pernambuco".
<b>PDL 794/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária Pratense Radiodifusão. Município de Prata, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 796/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação Unidos Para Comunicação Boa Nova em Pancas. Município de Pancas, Estado do Espírito Santo".
<b>PDL 807/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Sete-Lagoana de Entidades Assistenciais e Rádio Comunitária. Município de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 809/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Cultural de Heliadora – ACHÉ. Município de Heliadora, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 811/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico do Bairro da Capela. Município de Vinhedo, Estado de São Paulo".
<b>PDL 817/2021</b>	Mauro Lopes PP/MG	Associação Comunitária de Serviços Radiofônicos Coqueira.I Município de Coqueiral, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 832/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Associação de Comunicação Comunitária de Campo. Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina".
<b>PDL 833/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Comunidade de Jesus. Município de Bom Sucesso, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 835/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho – ABEMOC. Município de Bela Cruz, Estado do Ceará".

<b>Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 09/06/2022</b>		
<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 843/2021</b>	Rubens Bueno CIDADANIA/PR	Associação de Defesa e Educação do Meio Ambiente de Salto do Lontra - ADEMA . Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná".
<b>PDL 844/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Comunitária Cultural Lima Campense. Município de Lima Campos, Estado do Maranhão.
<b>PDL 846/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação de Radiodifusão Comunitária Pérola do Triângulo. Município de Iturama, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 847/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão. Município de Pratápolis, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 848/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Agenda – FM. Município de Jaú, Estado de São Paulo".
<b>PDL 849/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura. Município de Lages, Estado de Santa Catarina".
<b>PDL 857/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Comunitária Barra-Cordense. Município de Barra do Corda, Estado do Maranhão".
<b>PDL 860/2021</b>	Franco Cartafina PP/MG	Associação Comunitária do Canjamba. Município de Ressaquinha, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 866/2021</b>	Mauro Lopes PP/MG	Associação Cultural e Comunitária de Itatiaiuçu. Município de Itatiaiuçu, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 871/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Cultural, Terapêutica e Ambiental de Imperatriz. Município de Imperatriz, Estado do Maranhão".
<b>PDL 874/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Associação Comunitária dos Menores Carentes de Ibiapina. Município de Ibiapina, Estado do Ceará".
<b>PDL 879/2021</b>	Mauro Lopes PP/MG	Associação Comunitária Cultural Sagrado Coração de Jesus do Bairro Santanense. Município de Itaúna, Estado de Minas Gerais".

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 09/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 887/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação de Rádio Comunitária de São João do Oriente. Município de São João do Oriente, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 888/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária Dehoniana. Município de Pindaré Mirim, Estado do Maranhão".
<b>PDL 892/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Solidariedade. Município de São Luís, Estado do Maranhão".
<b>PDL 894/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação de Integração Comunitária Cidade Esperança. Município de Brasilândia, Estado do Mato Grosso do Sul".
<b>PDL 900/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Comunitária Cultural e de Promoção Social Ludwlg Zankl. Município de Bariri, Estado de São Paulo".
<b>PDL 904/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Cultural da Área Itaqui – Bacanga. Município de São Luis, Estado do Maranhão".
<b>PDL 911/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação de Integração e Difusão Comunitária das Moreninhas. Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul".
<b>PDL 913/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Comunitária Dom Oscar Romero. Município de Santa Luzia, Estado do Maranhão".
<b>PDL 917/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Comunitária de Bodoquena - ACB - Denominada FM Comunitária de Bodoquena. Município de Bodoquena, Estado do Mato Grosso do Sul".
<b>PDL 996/2021</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Associação Novaresendense de Difusão e Apoio – ANDA. Município de Nova Resende, Estado de Minas Gerais".
<b>PDL 1.033/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Comunitária Monte Sinai. Município de Itaocara, Estado do Rio de Janeiro.
<b>PDL 1.034/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação de Moradores da Quadra 404 Norte (ARNE 51). Município de Palmas, Estado do Tocantins.
<b>PDL 1.036/2021</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Associação Comunitária Bolíviar Freire. Município de Datas, Estado de Minas Gerais.

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 09/06/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 1.512/2003</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Acrescenta o art. 258-A à Lei nº 8.069 de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)". EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Penaliza o responsável pelo estabelecimento onde se verifique a venda de bebida alcoólica a menor.
<b>PL 5.982/2016</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Acrescenta dispositivo à Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de forma a estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica.
<b>PL 8.823/2017</b>	Darci de Matos PSD/SC	Redefine os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos e estabelece outras providências.
<b>PL 9.424/2017</b>	Delegado Pablo UNIÃO/AM	Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 para conceder o porte de arma de fogo aos integrantes do quadro efetivo de servidores penitenciários.
<b>PL 9.990/2018</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 para dispor sobre o direito da criança ou adolescente à visitação à mãe ou pai internados em instituição de saúde.
<b>PL 10.169/2018</b>	Maria do Rosário PT/RS	Inclui no Calendário Turístico Oficial do País, a "FEICOOP - Feira Internacional do Cooperativismo", realizada no Município de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PL 11.039/2018</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Dispõe sobre a obrigatoriedade de tratamento e limpeza da areia contida nos tanques utilizados para o lazer e para recreação infantil, existentes em áreas públicas ou privadas do País".
<b>PL 335/2019</b>	Darci de Matos PSD/SC	Acrescenta inciso ao § 1º do art. 5º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de diretrizes e bases da educação nacional, para determinar ao poder público a obrigação de divulgar a lista de espera, por vagas, nos estabelecimentos de Educação Básica de suas redes de ensino.

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 09/06/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 2.521/2019</b>	Maria do Rosário PT/RS	Assegura a prioridade de marcação de consulta oftalmológica pelo Sistema Único de Saúde - SUS - para crianças de até 10 (dez) anos de idade no início de cada ano letivo e a qualquer período do ano para idosos e cidadãos que possuam renda mensal de até 2 (dois) salários mínimos.
<b>PL 5.479/2019</b>	Jhonatan De Jesus REPUBLICANOS/RR	Altera a Lei n. 4.117, de 27 de agosto de 1962, para dispor sobre a transferência, comercialização e cessão do tempo de programação para a produção independente.
<b>PL 420/2020</b>	Delegado Pablo UNIÃO/AM	Institui o mês "Maio Laranja" dedicado a ações de enfrentamento ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 9.970, de 2000.
<b>PL 2585/2021</b>	Enrico Misasi MDB/SP	Define, como fundamento essencial da decisão em controle de constitucionalidade, a apreciação dos argumentos desenvolvidos nos pareceres aprovados pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. EXPLICAÇÃO DA EMENTA: Altera a Lei nº 13.105 de 2015.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 22/06/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 774/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação Comunitária do Município de Laranjal. Município de Laranjal, Estado do Paraná.
<b>PDL 1066/2021</b>	Fábio Trad PSD/MS	Associação Comunitária Cultural Itapoã. Município de Ivinhema, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 1067/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação Amigos de Pinhais. Município de Pinhais, Estado do Paraná.

**Projetos de Lei  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 22/06/2022**

<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 53/2015</b>	Eduardo Bismarck PDT/CE	Cria a Semana Nacional da Reciclagem e do Meio Ambiente nas escolas de ensino fundamental e médio.
<b>PL 4256/2016</b>	General Peternelli UNIÃO/SP	Autoriza o Poder Executivo a doar área para a instalação da Embaixada da República de Cabo Verde.
<b>PL 5752/2016</b>	Fábio Trad UNIÃO/SP	Declara como de especial interesse para a geração de conhecimento, tecnologia, inovação, bem como para o desenvolvimento brasileiro, nos termos do parágrafo único do art. 219 da Constituição Federal, os Centros de Pesquisa e de Inovação de Empresas (CPIEs).
<b>PL 1765/2019</b>	Capitão Alberto Neto PL/AM	Altera a Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, para prorrogar o prazo de vigência da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) previsto no art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997.
<b>PL 3646/2019</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para atualizar sua denominação para Estatuto da Pessoa Idosa.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 07/07/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1088/2018</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Rádio Comunitária de Feliz (feliz FM). Município de Feliz, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 390/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Cultural de Taquaritinga do Norte. Município de Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 708/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Centro Cultural Nossa Senhora da Assunção. Município de Cabo Frio, Estado do Rio de Janeiro.
<b>PDL 729/2021</b>	Fernando Rodolfo PL/PE	Associação Comunitária Surubinense de Radiodifusão. Município de Surubim, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 734/2021</b>	Fernando Rodolfo PL/PE	Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes. Município de Correntes, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 859/2021</b>	Fernando Rodolfo PL/PE	Associação Comunitária João Carlos Zoby . Município de São João, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 861/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Ribamarense. Município de São José de Ribamar, Estado do Maranhão.
<b>PDL 863/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Comunitária Rádio Ondas Verdes FM. Município de Tacuru, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 886/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural Morena Campo Grande. Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 1021/2021</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Sociedade Amiga Pró Deficientes. Município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1041/2021</b>	Fernando Rodolfo PL/PE	Associação Míriam de Amparo Social e Cultural de Bezerras. Município de Bezerras, Estado de Pernambuco.
<b>PDL 1049/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Associação de Integração Comunitária Novos Tempos. Município de Antonio João, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 1051/2021</b>	Maria do Rosário PT/RS	Grupo Mutirão. Município de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 07/07/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 134/2022</b>	Felipe Carreras PSB/PE	Fundação Pedro Tavares Maia. Município Taquaritinga do Norte, Estado de Pernambuco.

**Projetos de Lei  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 07/07/2022**

<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 7222/2014</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Denomina "Viaduto Frei Galvão" o viaduto situado no km 58 da rodovia BR-116, no Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo.
<b>PL 222/2019</b>	Maria do Rosário PT/RS	Institui a Semana Nacional da Ética e da Cidadania, a ser comemorada, anualmente, em todo o território nacional na primeira semana de junho, e dá outras providências.
<b>PL 1211/2020</b>	Fausto Pinato PP/SP	Institui o Dia Nacional da Diálise.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 04/08/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 300/2021</b>	Pompeo de Mattos PDT/RS	Associação Técnico Educacional Equipe. Município de Sapucaia do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 374/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação de Difusão Artística e Cultural de Ouvidor – GO. Município de Ouvidor, Estado de Goiás.
<b>PDL 401/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO /MG	União Municipal das Associações Comunitárias de Curvelo. Município de Curvelo, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 441/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Cultural Aracanguense de Difusão Comunitária. Município de Santo Antônio do Aracanguá, Estado de São Paulo.
<b>PDL 516/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO /MG	Associação de Radiodifusão Comunitária da cidade de Mariana. Município de Mariana, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 569/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Artística e Cultural de Desenvolvimento do Setor Marista Sul. Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.
<b>PDL 635/2021</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Movimento Comunitário Rádio Regional Navegantes FM. Município de Aripuanã, Estado do Mato Grosso.
<b>PDL 767/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação de Comunicação e Cultura de Bom Jardim de Goiás. Município de Bom Jardim de Goiás, Estado de Goiás.
<b>PDL 852/2021</b>	Delegado Marcelo Freitas UNIÃO/MG	Associação Comunitária de Desenvolvimento Social de Barroso. Município de Barroso, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1002/2021</b>	Franco Cartafina PP/MG	Associação de Comunicação e Cultura Liberdade. Município de Jaíba, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1006/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Novo Horizonte de Virginópolis. Município de Virginópolis, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1014/2021</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Paulínia. Município de Paulínia, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1019/2021</b>	Delegado Marcelo Freitas UNIÃO/MG	Associação Alvarenguense Cultural Comunitária de Radiodifusão. Município de Alvarenga, Estado de Minas Gerais.

<b>Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 04/08/2022</b>		
<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 1026/2021</b>	Subtenente Gonzaga PSD/MG	Associação de Cultura de Brasília de Minas. Município de Brasília de Minas, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1056/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Comunitária para o Desenvolvimento de Posse – ADEPE. Município de Posse, Estado de Goiás.
<b>PDL 1063/2021</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Associação de Moradores Águas Cantantes de Ivaté. Município de Ivaté, Estado do Paraná.
<b>PDL 1093/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO /MG	Associação Prestadora de Serviço à Comunidade Ibiaense – ASPIA. Município de Ibiá, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1096/2021</b>	Giovani Cherini PL/RS	Associação Comunitária Tupancy. Município de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 1097/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO /MG	Associação Comunitária Beneficente, Artística e Cultural de Coromandel. Município de Coromandel, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1099/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO /MG	Associação Comunitária Educativa de Piedade. Município de Piedade, Estado de São Paulo
<b>PDL 1144/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO /MG	Associação Comunitária de Radiodifusão em Raposos. Município de Raposos, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1146/2021</b>	Pedro Lupion PP/PR	Associação Comunitária de Apoio a Mariluz – ACAM. Município de Mariluz, Estado do Paraná.
<b>PDL 1150/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Renascer de Guaimbê. Município de Guaimbê, Estado de São Paulo.
<b>PDL 128/2022</b>	Bilac Pinto UNIÃO /MG	Associação Educativa e Cultural de Itabira MG . Município de Itabira, Estado de Minas Gerais.

<b>Projetos de Lei</b> <b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 04/08/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 846/2011</b>	Bia Kicis PL/DF	Dispõe sobre a natureza das bolsas de estudo de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão e dá outras providências.
<b>PL 1440/2019</b>	Clarissa Garotinho UNIÃO/RJ	Dispõe sobre a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico da Mesorregião Geográfica do Norte e Noroeste Fluminense como áreas de seminário.
<b>PL 6494/2019</b>	Tabata Amaral PSB/SP	Modifica a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para dispor sobre a formação técnica profissional; o Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - a Consolidação das Leis do Trabalho, para articular a formação profissional com a aprendizagem; e a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 para dispor sobre a acumulação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com a remuneração da aprendizagem, das bolsas de iniciação científica, monitoria e demais atividades de extensão e pesquisa e da Bolsa Atleta e dá outras providências.

<b>Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR</b> <b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 31/08/2022</b>		
<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 402/2021</b>	Eduardo Bismarck PDT/CE	Rádio Comunitária Nativa FM de Tabuleiro do Norte. Município de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará.
<b>PDL 642/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Beneficente Cultural Comunitária Pereira Barreto. Município de Pereira Barreto, Estado de São Paulo.
<b>PDL 793/2021</b>	Alencar Santana PT/SP	Sociedade Amiga dos Moradores da Vila Nova. Município de Macatuba, Estado de São Paulo.
<b>PDL 884/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Cultural Ebenezer. Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás.
<b>PDL 902/2021</b>	Arthur Oliveira Maia UNIÃO/BA	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Maria da Vitória. Município de Santa Maria da Vitória, Estado da Bahia.

**Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR  
REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 31/08/2022**

<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 905/2021</b>	Arthur Oliveira Maia UNIÃO/BA	Associação Comunitária de Abaíra. Município de Abaíra, Estado da Bahia.
<b>PDL 950/2021</b>	Alencar Santana PT/SP	Associação Comunitária de Martinópolis. Município de Martinópolis, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1000/2021</b>	Delegado Marcelo Freitas UNIÃO/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural Cristinense. Município de Cristina, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1045/2021</b>	Franco Cartafina PP/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão da Rede Jovem de Cultura e Educação Social. Município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 1086/2021</b>	Hugo Leal PSD/RJ	Associação Comunitária Rádio São Thomé. Município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro.
<b>PDL 1094/2021</b>	Geninho Zuliani UNIÃO/SP	Associação Comunitária Amigos de Álvares Florence. Município de Álvares Florence, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1135/2021</b>	Marcelo Moraes PL/RS	EMPRESA DE RADIODIFUSÃO EXTREMO SUL FM LTDA. Município de Chuí, Estado do Rio Grande do Sul.
<b>PDL 1137/2021</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Associação Comunitária Amigos Vilaboense. Município de Vila Boa, Estado de Goiás.
<b>PDL 143/2022</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação Mensageiros da Paz de Iepê. Município de Iepê, Estado de São Paulo.
<b>PDL 144/2022</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Cultural Comunitária de Belo Oriente. Município de Belo Oriente, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 146/2022</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação dos Moradores da Comunidade de Restinga. Município de Restinga, Estado de São Paulo.
<b>PDL 150/2022</b>	Adriana Ventura NOVO/SP	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Central de Cajati. Município de Cajati, Estado de São Paulo.

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 31/08/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 892/2015</b>	Lafayette de Andrada REPUBLICANOS/MG	Cria a Classe Rural por Autogestão para fins de cálculo e cobrança de tarifa de energia elétrica e dá outras providências.
<b>PL 5298/2016</b>	Kim Kataguirí UNIÃO/SP	Acresce dispositivo à Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil, para responsabilizar financeiramente o motorista que pratica crime de homicídio ou lesão corporal com capacidade psicomotora alterada em razão de influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência.
<b>PL 5592/2016</b>	Alencar Santana PT/SP	Institui a Política Nacional de Atendimento Educacional Especializado a Crianças de 0 a 3 (três) anos - Precoce.
<b>PL 6325/2016</b>	Rubens Pereira Júnior PT/MA	Acresce dispositivo à Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a Política Agrícola, para incluir o incentivo à aquisição de equipamentos para a produção de energias renováveis entre suas prioridades.
<b>PL 10276/2018</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Dá nome "Dr. Silas Faleiro" ao trevo de Carmópolis de Minas na BR 381, incluindo o viaduto situado no Km 585.
<b>PL 449/2019</b>	Maria do Rosário PT/RS	Altera a Lei no 11.788, de 25 de setembro de 2008, para acrescentar salvaguardas contra práticas discriminatórias na oferta de estágio a estudantes.
<b>PL 1096/2019</b>	João Campos REPUBLICANOS/GO	Acrescenta parágrafo segundo ao art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a não existência de vínculo de emprego entre Confissão Religiosa, seja ela Igreja ou Instituição, Ordem ou Congregação, e seus Ministros, Pastores, Presbíteros, Bispos, Freiras, Padres, Evangelistas, Diáconos, Anciãos ou Sacerdotes.
<b>PL 3074/2019</b>	Joenia Wapichana REDE/RR	Dispõe sobre a Cooficialização das Línguas indígenas nos municípios brasileiros que possuem comunidades indígenas.

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 31/08/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 5999/2019</b>	Domingos Neto PSD/CE	Altera a Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, para prever que constituirão recursos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) os oriundos dos contratos de transferência de tecnologias e dos licenciamentos para exploração comercial de tecnologias, de produtos, inclusive cultivares protegidos, de serviços e de direitos de uso da marca e para dispor sobre a aplicação desses recursos.
<b>PL 278/2020</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Institui a Semana de Mobilização Nacional para Doação de Córneas.
<b>PL 4483/2020</b>	Gilson Marques NOVO/SC	Altera os artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para aperfeiçoar o bloqueio de bens e garantir os resultados da ação de improbidade administrativa.
<b>PL 4758/2020</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Dispõe sobre a fidúcia e dá outras providências.
<b>PL 4830/2020</b>	Ricardo Silva PSD/SP	Altera o artigo 115 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e dá outras providencias.
<b>PL 4940/2020</b>	Tadeu Alencar PSB/PE	Inscrive o nome de Antonieta de Barros no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
<b>PL 5310/2020</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Denomina “Viaduto Francisco Pereira Netto” o viaduto situado sobre a rodovia BR-116, altura do Km 117, Bairro Campo Santana, em Curitiba, Paraná-PR.

<b>Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 01/12/2022</b>		
<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 514/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária de Radiodifusão Phoenix FM Novo Cruzeiro. Município de Novo Cruzeiro, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 636/2021</b>	Delegado Waldir UNIÃO/GO	Associação Cultural e Científica Joseline Pereira de Oliveira. Município de Bom Jesus de Goiás, Estado de Goiás.
<b>PDL 637/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Cultural Comunitária de Itapagipe. Município de Itapagipe, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 840/2021</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação Comunitária Artística e Cultural de Ariranha. Município de Ariranha, Estado de São Paulo
<b>PDL 1018/2021</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade. Município de General Salgado, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1022/2021</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação de Integração São Manuel. Município de São Manuel, Estado de São Paulo.
<b>PDL 1098/2021</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Associação Comunitária Nova Bassano. Município de Nova Bassano, Estado do Rio Grande do Sul
<b>PDL 1138/2021</b>	Bilac Pinto UNIÃO/MG	Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Dom Silvério Município de Dom Silvério, Estado de Minas Gerais.
<b>PDL 132/2022</b>	Cássio Andrade PSB/PA	Associação Comunitária Miriti FM - ACMF (MIRIT). Município de Abaetetuba, Estado do Pará.
<b>PDL 133/2022</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Associação Comunitária Rádio Perdigão Eventos Comunitários e Culturais da Cidade de Perdigão para executar. Município de Perdigão, Estado de Minas Gerais
<b>PDL 191/2022</b>	Fábio Trad PDS/MS	Associação Beneficente Renascer Aquidauanense. Município de Aquidauana, Estado do Mato Grosso do Sul
<b>PDL 195/2022</b>	Fábio Trad PDS/MS	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Juti – ACODECAJ. Município de Juti, Estado do Mato Grosso do Sul

<b>Projetos de Decretos Legislativos de Serviços de Radiodifusão – TVR REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 01/12/2022</b>		
<b>PDL – Serviço de radiodifusão</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Outorgado/Localidade</b>
<b>PDL 196/2022</b>	Fábio Trad PDS/MS	Associação de Recuperação, Conservação e Preservação da Bacia do Rio Pardo. Município de Ribas do Rio Pardo, Estado do Mato Grosso do Sul
<b>PDL 202/2022</b>	Fábio Trad PDS/MS	Associação Comunitária Bonitense de Radiodifusão – ACB. Município de Bonito, Estado do Mato Grosso do Sul.
<b>PDL 239/2022</b>	Eduardo Cury PSDB/SP	Associação de Apoio ao Cidadão Carente - A.A.C.C. Município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo.
<b>PDL 275/2022</b>	Coronel Tadeu PL/SP	Associação Comunitária Cidadã "Nossa Senhora Aparecida - Teodoro Sampaio-SP. Município de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo.
<b>PDL 277/2022</b>	Juarez Costa MDB/MT	Associação Comunitária Rádio FM Cláudia. Município de Cláudia, Estado do Mato Grosso.

<b>Projetos de Lei REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 01/12/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 2104/2011</b>	Orlando Silva PCdoB/SP	Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios, para permitir a transmissão do benefício aos dependentes hipossuficientes
<b>PL 5060/2013</b>	Maria do Rosário PT/RS	Institui o Dia Nacional da Doença de Huntington".
<b>PL 5256/2016</b>	Eduardo Bismarck PDT/CE	Regulamenta a profissão de bugueiro turístico e dá outras providências".

<b>Projetos de Lei</b>		
<b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 01/12/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 10433/2018</b>	Lucas Redecker PSDB/RS	Dá nova redação ao art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que "Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
<b>PL 10521/2018</b>	Camilo Capiberibe PSB/AP	Institui a Política Nacional de Qualidade do Ar e cria o Sistema Nacional de Informações de Qualidade do Ar".
<b>PL 10704/2018</b>	Rubens Bueno CIDADANIA/PR	Confere ao município de Cerro Azul, no Estado do Paraná, o título de "Capital Nacional da Ponkan".
<b>PL 62/2019</b>	Delegado Pablo UNIÃO/AM	Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências".
<b>PL 2839/2019</b>	Pr. Marco Feliciano PL/SP	Institui o Programa de Ensino e Conscientização sobre Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos no currículo escolar e acadêmico brasileiro".
<b>PL 473/2020</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Institui a Semana do Migrante.
<b>PL 3706/2020</b>	Luizão Goulart SOLIDARIEDADE/PR	Determina às autoridades a obrigatoriedade de envidar todos os esforços possíveis para a localização de familiares de pessoas falecidas".
<b>PL 4438/2020</b>	Delegado Pablo UNIÃO/AM	Altera a Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964 para estabelecer a obrigatoriedade de comunicação pelos condomínios residenciais aos órgãos especializados, sobre a suspeita ou ocorrência de maus-tratos a animais nas unidades condominiais ou nas áreas comuns aos condôminos.
<b>PL 1732/2021</b>	Fernanda Melchionna PSOL/RS	Institui o Dia Nacional de Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Cultura e dá outras providências".
<b>PL 1949/2021</b>	Darci de Matos PSD/SC	Altera o inciso II do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para não caracterização de tanque suplementar nas atividades perigosas".

<b>Projetos de Lei</b> <b>REDAÇÕES FINAIS APROVADAS – 01/12/2022</b>		
<b>Projeto de Lei</b>	<b>Deputado Relator/Partido</b>	<b>Ementa</b>
<b>PL 2209/2021</b>	Paulo Abi-Ackel PSDB/MG	Declara o Município de Lagoa Dourada, no Estado de Minas Gerais, Capital Nacional do Rocambole.
<b>PL 410/2022</b>	Darci de Matos PSD/SC	Altera a Lei nº 9.503, de 1997, Código de Trânsito Brasileiro, para extinguir a prévia autorização exigida para a modificação de veículo".

## Equipe Técnica

Sílvio Avelino da Silva – Secretário-Executivo

Ana Cristina de Araújo Silva  
Camila Queiroz Hoebert  
Cláudio Ribeiro Paes  
Debora Andrade Capp  
Érica Renata Vidal Giampaolo  
Fernando César Silva  
Karine Ingrid Profetisa Costa Aguiar  
Leonardo Paraiso Vilela Carvalho  
Marina Braga Lima Albano Mota  
Maria Lilian de Medeiros Yared  
Mirelly Maria da Silva  
Shirley Albuquerque Brito  
Romulo de Sousa Mesquita

Ariadna Edenice de Mendonça Vasconcelos  
Carolina Padilha Santos  
Cristiane da Silva Santos Villela  
Edlaine Sena Bezerra  
Fernanda Monteiro de Carvalho  
Karla Manuela de Oliveira Cunha  
Kelly Miriam Pena  
Luciana Regina Carvalho Leite  
José Alves Palmeira  
Maria Raimunda Natalina dos Santos Pimenta  
Pedro Julian Luger  
Renata Mendes Pereira

### ESTAGIÁRIOS

Bárbara Gonçalves Costa  
Daniel Souza de Almeida  
Felipe Correia de Souza  
Júlia Câmara do Nascimento

*Nossos agradecimentos a todos os colaboradores que não estão listados, mas participaram da equipe durante o ano de 2022, e às assessorias pela confiança e troca de conhecimentos e experiências que culminaram nessa profícua parceria.*





**Comissão de Constituição e  
Justiça e de Cidadania**